

Casa Dona Vilma - Yá Mukumby

Memórias e Lutas pelas Ações Afirmativas



Maria Nilza da Silva
Mariana Panta



Casa Dona Vilma – Yá Mukumby
Memórias e Lutas pelas Ações Afirmativas

Maria Nilza da Silva

Mariana Panta



Sérgio Carlos de Carvalho
Reitor da UEL

Décio Sabbatini Barbosa
Vice-Reitor da UEL

Maria Nilza da Silva
Departamento de Ciências Sociais da UEL
Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e do Laboratório
de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO)

Apoio de Redação: *Jairo Queiroz Pacheco*
Consultoria: *Gilson Bergoc, Jairo Queiroz Pacheco, Kennedy Piau, Nikolas Pallisser, Paulo César Vieira Tavares, Robson Roberto do Nascimento*
Pesquisa Hemerográfica: *Nikolas Pallisser*
Revisão ortográfica: *Aluysio Fávaro*
Capa: *Tatiane Galheiro*
Diagramação: *Kely Moreira Cesário*
Fotos da capa: *Maria Nilza da Silva e Antonio Carlos Zani*
Artistas responsáveis pelas imagens das campanhas: *Luiza Braga, Marcelo Diógenes e Raphael Menten*
Técnico Administrativo: *Sandro Vieira*
Estagiária: *Inaê da Costa*
Órgãos de Apoio: *Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH/UEL), Câmara Municipal de Londrina (CML), Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL)*
Fotografias Acervo NEAB: *Fotos encaminhadas ao Núcleo ou de autoria dos seus membros e de colaboradores*

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Bibliotecária: *Marlova Santurio David – CRB-9/1107*

S586c Silva, Maria Nilza da.
Casa Dona Vilma – Yá Mukumby : memórias e lutas pelas ações afirmativas / Maria Nilza da Silva, Mariana Panta. – Londrina : UEL, 2019.
144 p. : il.

Vários colaboradores.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7846-587-2

1. Oliveira, Vilma Santos de (Yá Mukumby), 1950-2013 – História. 2. Racismo. 3. Programas de ação afirmativa na educação. 4. Cotas raciais na educação superior. I. Panta, Mariana. II. Título.

CDU 37.014.53

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Convênio MEC / SISU / ProExt n. 7707.3.858.08052015: Inclusão e Promoção da Igualdade Racial na UEL

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Obra disponível em formato digital no sítio: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/publicacoes-da-equipe-leafro.php>

Impresso no Brasil – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
As Ações Afirmativas: um processo negociado.....	13
O Debate e a Implantação – 2004.....	13
A Primeira Avaliação – 2011: o fim da proporcionalidade	30
A Segunda Avaliação – 2017: ampliação das cotas.....	35
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB / Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO	41
O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL.....	41
O LEAFRO e a Memória da População Negra	43
Projetos e Programas desenvolvidos pelo NEAB e LEAFRO	45
Cursos de Formação Continuada e Eventos.....	48
Parceria Internacional.....	50

A Casa Dona Vilma – Yá Mukumby	51
Homenagem à uma Vida de Dedicção	51
A Memória em Destaque	53
Uma Casa e Duas Famílias: Agari e Kitahara	55
A Luta pelo NEAB: para além das fronteiras da Universidade	61
Os Primeiros Passos.....	66
A Mobilização pelo NEAB.....	71
A Peroba Rosa	83
A Construção	91
A Primeira Fase	91
A Segunda Fase	99
Inauguração da sede do NEAB – 26 de julho de 2018 – Teimosia para Sobreviver	129
Agradecimentos Especiais	135
Referências Bibliográficas	141

Apresentação

É com grande satisfação que trazemos a público o livro *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby: Memórias e Lutas pelas Ações Afirmativas*, cujo objetivo é mostrar o desafiador processo de implantação, avaliação e aprimoramento das Políticas de Ação Afirmativa na Universidade Estadual de Londrina (UEL), especialmente a reserva de vagas para estudantes negros e provenientes de instituições públicas. Esse processo tornou-se mais consolidado com a conquista da sede do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), a *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, que consubstancia um espaço de atividades acadêmico-científicas, bem como de produção, preservação e difusão da história, memória, cultura, luta e resistência da população negra em Londrina, no Paraná e no Brasil.

A Casa assinala mais um capítulo da extensiva trajetória de luta do povo negro no que diz respeito à implementação da Política de Cotas para negros e egressos de escola pública, Ação Afirmativa que, na UEL, atinge a expressiva marca dos 15 anos, momento ímpar da história da Universidade, da atuação do Movimento Estudantil e, sobretudo do Movimento Negro de Londrina em sintonia com a luta nacional e internacional. A estrutura histórica da sede, em madeira Peroba Rosa, remonta ainda à riqueza da paisagem arquitetônica de Londrina da década de 1930, propiciando a recuperação e o registro de características importantes da memória da cidade. Doada em 2007 e transportada para a Universidade em 2008, a Casa ficou armazenada precariamente por mais de dez anos, o que causou a perda de grande parte da madeira que, por ocasião da reconstrução, foi substituída pelo mesmo tipo de madeira presente no Campus da UEL.

A obra possibilita ao leitor, por meio de uma compilação documental, hemerográfica e iconográfica, baseada em registros feitos por uma pluralidade de olhares, acompanhar a trajetória da materialização de um território e de um marco simbólico negro no Campus Universitário da UEL. A construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* ocorreu após a mobilização de diferentes setores da sociedade e a inauguração, realizada em 26 de setembro de 2018 – numa conjuntura marcada por acentuadas contenções de financiamento, dificuldades em relação à mão de obra, ataque dos próprios governos às universidades públicas e obstáculos de natureza diversa – só foi possível graças tanto à persistência e mesmo teimosia de todos os que acreditaram e trabalharam em favor desse projeto, quanto ao amplo envolvimento e apoio da sociedade civil, principalmente da comunidade londrinense. Destaca-se a capacidade da população negra, ao longo de toda sua história, de ressignificar e transformar o que parecia imprestável em símbolo da vida, memória, luta e resistência.

Este livro tem como fio condutor a implantação, avaliação e consolidação das Ações Afirmativas na UEL, bem como a reconstrução da casa de madeira, hoje abrigo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Procuramos evidenciar o valor da conquista de uma sede própria para o NEAB como resultado da mobilização e da luta da comunidade universitária, Movimento Negro e diferentes instituições da sociedade civil. Ao nominar a *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* prestamos uma homenagem a Vilma Santos de Oliveira, valorosa liderança do Movimento Negro e da luta por Ações Afirmativas na UEL. A Casa viabiliza um espaço de fortalecimento das Ações Afirmativas, capaz de congrega e dar visibilidade ao enfrentamento do racismo. A sua reconstrução possibilita o resguardo da memória de Londrina, a partir da preservação de uma edificação que possui as características da cultura arquitetônica dos primórdios da cidade.

O valor simbólico atribuído à iniciativa de construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* é ressaltado pela disponibilidade de um espaço para abrigar o NEAB, uma realização de grande relevância, se levarmos em consideração que, não obstante as três décadas e meia de existência do Núcleo, fundado em 1985, seus últimos doze anos foram marcados por instabilidades, acomodações provisórias em repartições desprovidas de condições estruturais adequadas e nove mudanças de lugar no Campus Universitário. Apesar da conjuntura adversa, a expectativa da consolidação de uma educação antirracista com vistas à construção de uma sociedade mais justa e equânime assegurou a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo NEAB e pelo Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO).

Introdução

Passados mais de 130 anos de uma abolição ineficaz é necessário lembrar que nos quase quatro séculos de escravização, período imprescindível para a compreensão da estrutura societária brasileira, desde o tráfico transatlântico, corpos negros foram destituídos de humanidade, subjugados e reduzidos à condição de mercadoria e de mão de obra gratuita destinada a servir forçosamente os grupos designados como superiores. No período pós-abolição a vida dos negros foi concebida como descartável, susceptível à aniquilação¹, concepção compactuada com a elite política e intelectual brasileira da época, que, vinculada a matrizes intelectuais estrangeiras, consideradas científicas, projetou e atuou em defesa do embranquecimento físico e cultural da nação, como símbolo de progresso². Não houve no país nenhuma política reparatória com o propósito de integrar o negro na sociedade pós-abolição. Pelo contrário, o segmento negro foi incessantemente alvo de políticas que emperravam suas aspirações a uma vida digna em sociedade, circunstância que representou, para esse grupo social, um ciclo de desvantagens cumulativas³ que persistem até os dias atuais.

O ostracismo ao qual a população negra foi relegada nas histórias oficializadas, em decorrência do racismo, da ideologia do branqueamento e das racionalidades colonialistas – que, ancorados numa falsa ideia de democracia racial se traduzem em práticas sociais e reverberam nas instituições – manteve na penumbra as ações, os saberes e a própria

¹ Cf. NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

² Cf. MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

³ Cf. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

existência do negro. No bojo dessa invisibilização se inscreve ainda a marginalização desse grupo social na história e no conjunto de conhecimentos considerados legítimos, circunstância que levou intelectuais negros de grande magnitude, tais como Virgínia Leone Bicudo, Abdias do Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, entre tantos outros nomes, a permanecerem à margem dos cânones, dos debates e currículos acadêmicos.

Sob esse prisma, a instauração de uma sede própria para o NEAB, além de propiciar condições físicas e materiais mais adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e ações de intervenção junto à comunidade, demarca um lugar de valorização das identidades, intelectualidade, autoafirmação do negro e de todos os grupos sociais, de diferentes origens étnicas e raciais, comprometidos com as lutas emancipatórias. Este é um ponto de grande relevância, uma vez que, tradicionalmente, devido às racionalidades racistas arraigadas no sistema educacional brasileiro⁴ e às desigualdades sociais intrínsecas a esse sistema de dominação, em sua articulação com o capitalismo, o segmento negro pouco figurou na universidade, a não ser na condição de objeto de pesquisa, realidade que, pouco a pouco, vem sendo transformada em virtude da implementação das Políticas de Ação Afirmativa, a partir do início do terceiro milênio.

O elemento fundamental que amplia o valor simbólico da sede do NEAB está relacionado à significativa importância da nomeação do recinto, ou seja, *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, uma homenagem a Vilma Santos de Oliveira, mulher negra, ativista de grande expressão, liderança política, referência nacional no âmbito dos movimentos sociais negros e das religiões de matriz africana. Yalorixá, mãe, avó, cantora, difusora da cultura negra, entre outras eminentes faces. Dessas diversas bandeiras de luta sobressaiu o afinco pela inclusão do negro na universidade⁵. Dona Vilma teve sua vida ceifada na noite de 3 de agosto de 2013, aos 63 anos de idade, juntamente com a de sua mãe, Allial de Oliveira Santos, de 86 anos, e de sua neta, Olívia Santos de Oliveira, de 10 anos. Foram três gerações de mulheres negras que tiveram suas trajetórias brutalmente interrompidas. Aquele tinha sido mais um dia de trabalho de Dona Vilma⁶, pautado na luta por justiça social

⁴ Cf. DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

⁵ Cf. PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). *O Negro na Universidade: o direito à inclusão*. Brasília – DF: Fundação Palmares, 2007.

⁶ Nesse dia Dona Vilma havia participado da etapa regional da *III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, Londrina, 3 de agosto de 2019.

em favor dos grupos historicamente subalternizados e cujo resultado foi um imensurável desalento para a sociedade, sobretudo para a comunidade negra de Londrina, que perdeu sua mais insigne liderança⁷.

A Política de Cotas para estudantes provenientes de escolas públicas e para negros originários do mesmo tipo de instituição foi aprovada pelo Conselho Universitário da UEL em 2004, passando a vigorar em 2005. A implantação resultou de uma luta histórica e persistente dos movimentos negros no Brasil, em geral, protagonistas na reivindicação das Políticas de Ação Afirmativa no país, e do Movimento Negro de Londrina, em específico, sobretudo através de ações lideradas por Dona Vilma em diálogo e articulações com movimentos sociais, professores, pesquisadores, gestores públicos, entre outros atores políticos internos e externos à Universidade. A UEL é uma das instituições pioneiras na adoção da Política de Cotas, cuja implantação foi marcada por debates, embates e tensões. Aos 15 anos da sua aprovação na Instituição, a Ação Afirmativa já passou por avaliações e reavaliações que resultaram em seu aprimoramento.

As ações empreendidas por Dona Vilma, a Yá Mukumby, assinalam a centralidade do papel das mulheres negras nas lutas emancipatórias. Homenageá-la, conferindo à sede do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros o seu nome, configura-se como uma forma de grafar no *Campus* Universitário da UEL – no qual sua presença e ações deixaram marcas indeléveis, sobretudo na ampliação da diversidade racial e social na Universidade, que até então se mantinha como um espaço majoritariamente branco, principalmente das classes mais abastadas – sua memória e legado que merecem não apenas ser lembrados, mas também expandidos, na esperança de que o reconhecimento das suas contribuições sobreviva à ação do tempo.

É importante que se considere a *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* como um espaço privilegiado de acompanhamento e fortalecimento das Ações Afirmativas e de formulação de políticas de combate ao racismo e à discriminação racial. Partindo-se da premissa de que o sucesso acadêmico de estudantes procedentes de grupos socialmente marginalizados, como negros

⁷ Para mais detalhes sobre o ocorrido, cf.: COSTA, Guilherme Souza. Imediatismo Versus Precisão: a cobertura do assassinato de Yá Mukumby na imprensa. In: SILVA, Maria Nilza da; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). *Dona Vilma: cultura negra como expressão de luta e vida*. Londrina: UEL, 2014.

e indígenas, advém mais das condições que lhes são proporcionadas do que de seus méritos⁸ individuais, constatamos que a implementação da política de reserva de vagas só é capaz de promover a democratização efetiva da educação superior se articulada a outras ações destinadas a erradicar o racismo, as discriminações depreciativas e violências correlatas, mas também incentivar o respeito à diversidade, a valorização da interculturalidade e a concretização de mecanismos de permanência. Mais do que democratizar apenas o acesso, ainda faz-se necessário, com vistas a inclusão, criar condições adequadas para que estudantes provenientes de segmentos historicamente discriminados possam usufruir da vida universitária em plenitude e com dignidade.

Em meio a tantos obstáculos, a construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* somente se materializou graças a coragem, persistência, dedicação e imprescindíveis ações daqueles que estiveram conosco na linha de frente desse projeto, notadamente: Paulo César Vieira Tavares (Promotor de Justiça – 24^a Promotoria de Justiça de Londrina e Coordenador do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo), Sebastião Ramos dos Santos Neto (Delegado de Polícia, Diretor da Escola Superior da Polícia Civil e Chefe da 10^a SDP, 2015-2017), Antonio Carlos Zani (Arquiteto Responsável), Gilson Jacob Bergoc (Diretor de Desenvolvimento e Planejamento Físico DPDF-PROPLAN-UEL); Jairo Queiroz Pacheco e Jamile Carla Baptista (colaboradores do NEAB).

Em face do exposto e considerando a historicidade e os sentidos conexos à casa de madeira que abriga o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, iniciamos o livro com uma breve explanação dos momentos e eventos que culminaram na adoção da Política de Cotas pela Universidade Estadual de Londrina e no aperfeiçoamento da Ação Afirmativa. Na sequência, apresentamos as principais ações realizadas pelo NEAB e LEAFRO. Finalmente, abordamos o processo de edificação da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, como resultado desse conjunto de lutas.

⁸ Como evidencia Cavalcanti (2015: 180), um dos efeitos mais notórios das políticas sociais, a exemplo das cotas, é que elas secundarizam o viés meritocrático como critério de seleção nas instituições de ensino superior. Cf. CAVALCANTI, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

A publicação do livro ocorre neste momento oportuno, visto coincidir não só com os 15 anos da implantação da Política de Cotas que amplia a democratização do acesso ao ensino superior desestabilizando o *status quo* alicerçado em privilégios raciais e sociais persistentes e enraizados por séculos, mas também com a *Década Internacional dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento* (UNESCO, 2015-2024), cujo objetivo central é promover o respeito, a proteção e a concretização dos direitos humanos e liberdades essenciais dos povos de ascendência africana, tais como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹. Coincide, por fim, com o momento em que a *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, fruto de tantas lutas, completou o seu primeiro ano de existência, *locus* de iniciativas nacionais e internacionais de promoção da equidade racial e do direito às diferenças.

Por fim, ressaltamos a importância da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, seu registro e a perpetuação em livro com o objetivo de manter viva a memória de Londrina mediante a preservação de características da cultura arquitetônica dos primórdios da cidade, pautada esta nas tradicionais construções em madeira. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros aproveita o ensejo para agradecer o precioso apoio de todos aqueles e aquelas que, generosamente, contribuíram para a construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* e abraçaram essa luta antirracista.

⁹ UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *International Decade for People of African Descent*. Disponível em: <https://www.un.org/en/events/africandescentdecade/>. Acesso em: 18, out., 2019.



Foto: COM/UEL

As Ações Afirmativas: um processo negociado

O Debate e a Implantação – 2004

O início do milênio foi marcado pela efervescência da luta de ativistas negros¹⁰ que resultou em importantes avanços, especialmente no que se refere às leis educacionais, sendo as mais destacadas: a Lei 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Política de Cotas para o ensino superior, que foi implantada desde 2002 em algumas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e, em 2012, se tornou norma nas universidades e institutos federais por meio da Lei 12.711/2012. Também merece destaque a Lei 12.990/2014, que prevê a reserva de vagas para negros em concursos públicos. As Ações Afirmativas voltadas à população negra resultam, portanto, de longas batalhas desses movimentos, que atravessaram distintas conjunturas históricas denunciando agravadas desigualdades e os sofrimentos decorrentes do racismo.

As formulações e ações de ativistas, intelectuais negros e estudiosos do tema ganharam maior impulso em 2001, após a participação do Brasil na *III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas*, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul, marco histórico da luta antirracista em âmbito internacional. A

¹⁰ Cf. NÉRIS, Natália. *A voz e a palavra do movimento negro na Constituinte de 1988*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Conferência deu origem a uma Declaração e um Programa de Ação que reverberaram em diversos contextos propiciando o desenvolvimento de medidas destinadas a promover os direitos de grupos vítimas de discriminação racial. Entre os diversos direcionamentos, havia a orientação para os Estados criarem Ações Afirmativas em favor dos negros, em diferentes setores, incluindo-se o educacional ¹¹.

Em Londrina, a primeira iniciativa para estabelecer o debate sobre as cotas na UEL foi tomada pelo então presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra, Edmundo Silva Novaes, ao encaminhar um ofício à Reitora Lygia Lumina Pupatto, em 2002. Todavia, o protagonismo da mobilização de diferentes atores locais e nacionais que resultaram na implantação da Política de Cotas, em 2004, foi de Vilma Santos Oliveira, que passou a presidir o Conselho Municipal da Comunidade Negra, em 2003. Dona Vilma, como era conhecida, possuía a habilidade política de agregar as pessoas em torno de determinados ideais e objetivos. Foi assim que, há 15 anos, as Cotas em Londrina deixaram de ser apenas um tema de debate para tornarem-se uma realidade.

Nesse período, em convergência com discussões empreendidas em âmbito nacional, foram realizados debates institucionais, reuniões, uma audiência pública e diversos eventos, sendo o de maior destaque o Seminário *O Negro na Universidade: o direito à inclusão*, fruto de articulações profícuas entre a UEL, a Fundação Palmares, o Movimento Negro e a Secretaria Municipal de Cultura. O evento, realizado de 13 a 15 de abril, foi organizado por Zulu Araújo, da Fundação Cultural Palmares, André Galvão, da Secretaria Municipal de Cultura, Vilma Santos Oliveira, líder do Movimento Negro de Londrina e presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra e Jairo Queiroz Pacheco, Pró-Reitor de Graduação da UEL. Participaram do Seminário intelectuais negros e estudiosos do tema como a Procuradora de Justiça Dora Lúcia Bertulio (UFPR); o Promotor de Justiça em Salvador Livaldo Brito; Rubens Mendes – Ministério das Relações Exteriores; e os professores José Jorge de Carvalho (UNB); Maria Cristina Elyote Santos (UNEB); Márcia Souto Maior (UERJ) e Valter Roberto Silvério (UFSCAR) ¹².

¹¹ Cf. BRASIL, Ministério da Cultura – Fundação Palmares. *Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas*. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 29 de out., 2019, p. 4-5.

¹² Cf. PACHECO, Jairo Queiroz. SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). *O Negro na Universidade: o direito à inclusão*. Brasília-DF: Fundação Palmares, 2007, p. 4-5.

Após o Seminário, ocorreram outros eventos com acalorados debates sobre as cotas, nos quais se exacerbavam concepções discrepantes em torno da Ação Afirmativa. Posteriormente, foi publicado um livro com o mesmo título, resultado das contribuições dos palestrantes.



Outro evento de destaque foi o debate público promovido pelo colegiado do curso de Medicina, intitulado “Cotas na UEL”, no qual avultaram concepções contrárias às cotas. As principais críticas incidiam sobre a ideia de que a política acarretaria a queda da qualidade da Universidade pelo ingresso de estudantes considerados despreparados. Outro argumento recorrente foi o de que a Política de Cotas consistia numa forma de escamotear os problemas inerentes à educação básica pública.

Na ocasião, Jairo Queiroz Pacheco, então Pró-Reitor de Graduação da UEL, foi o responsável por refutar essas ideias e fazer a defesa das Ações Afirmativas¹³.



Debate Público “Cotas na UEL”, promovido pelo colegiado do curso de Medicina no dia 13 de julho de 2004. Fonte: Sistema de Arquivos da UEL (SAUEL).

¹³ ARAÚJO, Fernando. Estudantes de medicina debatem cotas. *Folha de Londrina*, 14 de julho de 2004, p. 5A.

Nos meses de junho e julho de 2004 intensificaram-se os debates sobre as Ações Afirmativas na UEL e os professores Jairo Queiroz Pacheco e Luiz Rogério Oliveira da Silva participaram ativamente das reuniões dos Conselhos de Centro, reuniões com os estudantes, professores e técnicos-administrativos¹⁴. Dona Vilma e demais membros do Movimento Negro estiveram presentes em todas as etapas desse processo¹⁵.



Luiz Rogério Oliveira da Silva (COPESE) conduz o debate sobre as cotas na UEL, 2004. Fonte: SAUEL.



Debate sobre as cotas, 2004. Fonte: SAUEL.



Dona Vilma, 2004. Fonte: SAUEL.

¹⁴ ANCHIETA, Karen de Abreu. *História da implantação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina – UEL (2000-2005)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.

¹⁵ Não foi possível localizar outros dados referentes ao evento.

Dona Vilma: a luta em primeiro plano

Numa conjuntura na qual significativa parcela da comunidade universitária e da sociedade civil mostrava-se contrária à Política de Cotas, principalmente àquelas em benefício da população negra, os movimentos negros constituíram-se como peça-chave na defesa da Ação Afirmativa. Dona Vilma, juntamente com seus companheiros e companheiras de luta, desempenhou com maestria o papel de dialogar com diversas frentes, de convencer opositores e conquistar aliados, incluídos os produtores de conhecimentos acadêmicos, mestres e mestras, doutores e doutoras que, não raramente, refutavam veementemente as formulações de princípios afirmativos. Ela foi capaz também de permanecer firme nos cenários mais adversos, nos quais opositores da Política de Cotas insistiam em desprezar indicadores sociais contundentes sobre desigualdades e tantas outras violências provocadas pelo racismo.

A reportagem da Folha de Londrina, publicada no dia 27 de julho de 2019, informa que foi sob aplausos e vaias que Vilma Santos de Oliveira proferiu o seu discurso durante a audiência pública do dia 21 de junho de 2004, na Câmara Municipal de Londrina. Havia mais de 200 estudantes no recinto, majoritariamente vinculados a setores privados da educação básica e contrários à Política de Cotas¹⁶. Nesse contexto, muitas instituições particulares disseminaram a ideia de que as cotas diminuiriam as chances de ingresso de seus estudantes. Foi nesse cenário que Dona Vilma empreendeu uma narrativa pautada em sua própria experiência como mulher negra, pobre e mãe. Yá Mukumby, consternada pela dor de uma grande perda, testemunhou a tragédia ocorrida com o seu filho, um jovem negro que teve tolhido o seu direito de sonhar, falecendo prematuramente. Ela afirmou: “É pelo meu filho, é pelo meu povo, meus netos e filhos dos meus amigos que eu estou aqui nesta luta, porque com 55 anos eu não vou para a universidade não”.

¹⁶ Cf. STRUCK, Vitor. Sistema de Cotas consolida quebra de paradigmas. *Folha de Londrina* – O Jornal do Paraná, 27 de julho de 2019. <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sistema-de-cotas-provoca-polemica-na-camara-494050.html>. Acesso em 29, out., 2019.



Audiência Pública ocorrida na Câmara de Vereadores de Londrina, em 21 de junho de 2004. Mesa, da esquerda para direita: Alderi Ferrarezi – Pres. do Sind. das Escolas Particulares de Londrina, Yvone Maggie (UFRJ), Vilma Santos de Oliveira – Pres. do Cons. Mun. da Comunidade Negra de Londrina, Rubens Canizares – Vereador/PHS, Professor Bordin – Vereador/PP, José Carlos Rocha – Pres. da OAB/Londrina, Jairo Queiroz Pacheco – Pró-Reitor de Graduação da UEL. Fonte: Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina, 2004.



Fonte: Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina, 2004.



Fonte: Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina, 2004.



Audiência Pública ocorrida na Câmara de Vereadores de Londrina em 21 de junho de 2004. Fonte: Arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Londrina.

Foi no contexto da perda de seu filho que Dona Vilma, lidando com todas as suas dores, buscou forças para seguir na luta e para evitar, como ela mesma afirmou, que mais pessoas viessem a passar por sofrimentos como o que ela estava enfrentando. Segue o seu depoimento¹⁷:

Eu não consegui fazer com que o meu filho tivesse um trabalho, um emprego. Foi tanta luta assim, sabe? Porque eu sou militante há trinta anos. E quando esse meu filho nasceu, esse que morreu com vinte e seis anos, eu já era do Movimento Negro... Eu me lembro como se fosse hoje... Meu filho morreu entre domingo e segunda-feira. Na véspera, acho que uns dois dias antes disso, o Lula tinha [criado] a secretaria, da qual nasceu a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Ele tinha criado essa secretaria dois dias antes e vinha para cá [para Londrina], porque tinha exposição e ele vinha aqui pra exposição... E daí o Movimento Negro foi a uma conversa com ele sobre essa secretaria da SEPPIR, na véspera em que meu filho morreu. Após a segunda feira em que meu filho morreu e se deu o enterro, passadas a terça e quarta, na quinta-feira houve uma reunião. Aí eu estava assim... Acabada. Eu tinha acabado de enterrar meu filho, eu tava detonada... Ligaram para eu participar da reunião... E daí eu fiquei pensando assim... Uma secretaria que seria o início do trabalho das Ações Afirmativas no Brasil e com o aval do Lula criando um ministério específico para isso. E eu pensei: Eu faço parte disso, faço parte dessa discussão. Acabei de enterrar o meu filho, que nunca conseguiu uma carteira de trabalho assinada e eu vou ficar aqui? É difícil você perder um filho? É, é muito difícil, muito difícil mesmo! Mas se eu não fizer nada, podem morrer muito mais vítimas, os filhos de muitas outras pessoas. Eu não tenho o direito de pensar só no meu. A luta é para todo mundo.

Dona Vilma, em parceria com outros ativistas, batalhou por um projeto político capaz de construir caminhos pavimentados para que os jovens da periferia, sobretudo os negros, pudessem concretizar o sonho de ingressar numa universidade pública e de qualidade. Expectativas semelhantes a essa poderiam configurar-se como o início de um longo processo com vistas a reverter os indicadores sociais que demonstram uma trágica realidade, a de que uma significativa parcela dos jovens negros nem sequer atinge a idade universitária.

¹⁷ OLIVEIRA, Vilma Santos. Entrevista concedida à Mariana Panta em 15 de maio de 2009.

A Aprovação da Política de Cotas

A Prof^a Lygia Lumina Pupatto, durante a sua gestão como Reitora da UEL (2002-2006), desempenhou um importante papel em defesa das Ações Afirmativas com vistas à democratização do acesso ao ensino superior. Ela participou de inúmeros debates, em diferentes setores da Universidade e de instituições da sociedade londrinense.

Foi após intensos debates, no interior da Instituição, negociações, tensões e conflitos que, a Universidade Estadual de Londrina, no dia 23 de julho de 2004, através da Resolução nº 78/2004 do Conselho Universitário¹⁸, deliberou pela reserva de vagas no vestibular para candidatos provenientes de instituições públicas de ensino e para negros, também oriundos da escola pública. A política inicial reservou até¹⁹ 40% das vagas de cada curso para estudantes originários da escola pública, das quais até metade, ou seja, até 20% do total das vagas eram destinadas a candidatos negros, por um período de sete anos²⁰.



Lygia Lumina Pupatto preside a reunião do Conselho Universitário.
Fotos: SAUEL, 2004.



¹⁸ Cf. Resolução CU nº 78/2004: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/resolucao_78_04.pdf.

¹⁹ A palavra “até” significou a condição de proporcionalidade do Sistema. O número de ingressantes dependia da proporção de candidatos inscritos e impactou fortemente o objetivo da política, reduzindo o número de negros nos cursos de maior concorrência, sobretudo nos cursos integrais e considerados de alto prestígio social.

²⁰ Cf. PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação. *Política de Cotas na UEL*. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/index.php?content=cotas/apresentacao.html>. Acesso em 17, out., 2019.

A Legalidade em Questão

FOLHA DE LONDRINA, quinta-feira, 19 de agosto de 2004

Geral 7

Negros tentam evitar ação contra cotas na UEL

Mas não conseguem convencer procurador da República a desistir de ação por considerar sistema inconstitucional

Chiara Papali
Reportagem Local

Representantes de movimentos negros não conseguiram convencer o procurador da República Mauro Ferreira Leite a desistir da ação contra o sistema de cotas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ontem, líderes do movimento negro participaram de uma audiência com o procurador, que voltou a afirmar que deve entrar com a ação até o final do mês por considerar o sistema de cotas inconstitucional. "Ouvimos a opinião dessas entidades, mas nossa motivação é de ordem constitucional", afirmou Leite. O sistema de cotas da UEL já previsto para vigorar no próximo vestibular em janeiro, prevê a reserva de 40% das vagas para estudantes de escolas públicas, sendo metade destas para negros.

O procurador explicou que vai solicitar tutela antecipada, ou seja, que antes do julgamento do mérito da ação já seja concedida a garantia "de que todos os candidatos possam competir em sistema de igualdade". Se a tutela for concedida, o sistema de cotas não poderá estar em vigor no próximo vestibular. Leite estima que a ação pode ser julgada "em no máximo três anos", em todas as instâncias e se houver recursos, mas "há condições de ser julgada em um ano e meio".

Além do artigo 5º da Constituição Brasileira, Leite citou o artigo 206, inciso primeiro, que garante "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", para basear sua ação. "Nunca vi ninguém defender juridicamente o sistema de cotas, mas social e politicamente", contrapôs Leite, quando representantes dos movimentos argumen-

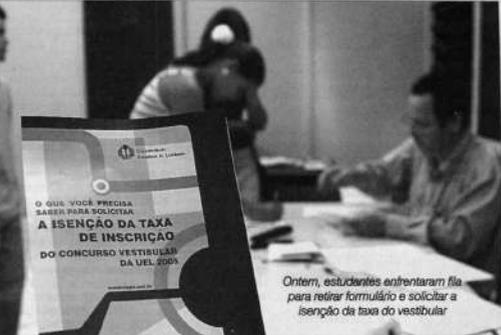
taram que existem juristas que não consideram o sistema de cotas anticonstitucional.

"A cota não vem ferir nenhum artigo constitucional. Quando a Constituição fala em igualdade, fala em igualdade relativa, não absoluta, ou seja, em tratar o pobre como pobre e o rico como rico", argumentou o advogado dos movimentos negros em Londrina, Oscar do Nascimento. Para ele, que defende cotas "desde a pré-escola", a reserva de vagas é uma maneira de reparar danos que os negros tiveram desde a abolição da escravidão. "Não tivemos qualquer tipo de indenização e as consequências são vistas hoje na sociedade, pobreza, violência", disse.

Ontem, o procurador da República ouviu também a reitora da UEL, Lygia Puppato, que levou estatísticas e informações de como o sistema de cotas foi aprovado na UEL. Na próxima sexta-feira, representantes dos movimentos negros, como Associação Afro-brasileira (Aabras), Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina e Movimento da União e Consciência Negra (Mucn) se reúnem na Câmara para discutir estratégias de mobilização contra a ação do procurador.

O ministro da Educação, Tarso Genro, disse ontem no Rio que respeita a posição da Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mas que todas as universidades públicas terão que adotar o sistema de cotas caso seja aprovado o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. Genro se referia à manifestação da congregação da faculdade formada por professores, chefes de departamento, alunos e funcionários, contra a reserva de vagas no curso de medicina.

Ontem, estudantes entregaram fila para retirar formulário e solicitar a isenção da taxa do vestibular



Ontem, estudantes entregaram fila para retirar formulário e solicitar a isenção da taxa do vestibular



A estudante Maria Fernanda de Almeida: "Seria difícil pagar R\$ 90 para fazer o vestibular"

Pedido de isenção de taxa vai até domingo

Estudantes carentes têm até o próximo dia 22 para retirar o formulário para solicitar a isenção da taxa de inscrição do vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Desde o dia 9, quando os formulários começaram a ser disponibilizados, até ontem, 2.410 unidades já foram retiradas.

O número é bem menor que a estimativa inicial de 5 mil pedidos de isenção. A estimativa era que os pedidos aumentassem por conta da implantação do sistema de cotas da UEL. "Não devemos chegar a esse número", disse a chefe da Divisão de Serviço Social da UEL, Betty Elmer Finatti. No último vestibular, 1,5 mil estu-

dantes se cadastraram à isenção da taxa e somente 200 pedidos foram indelênticos.

Com três filhas aptas a prestar vestibular e uma taxa de inscrição que no último concurso foi de R\$ 90,00, a dona de casa Valéria de Lourdes Garcia, de 44 anos, precisou recorrer ao pedido de isenção. "É por condição financeira mesmo. Duas filhas trabalham, mas ganham pouco, e a outra está desempregada", relatou. Mas é com esperança que ela enfrenta todo o processo: "O sonho delas, e o meu, é se formarem em biologia, pedagogia, e visão de Serviço Social da UEL. Entre os critérios para a isenção está a renda per capita de até um salário mínimo e meio, e gasto com água de até quatro metros cúbicos por pessoa na residência.

Para a estudante Maria Fernanda Silva de Almeida, de 18 anos, se não fosse a oportunidade de isenção da taxa "seria difícil pagar R\$ 90 para fazer o vestibular". "Em casa, só a minha mãe trabalha como doméstica. Entrar na faculdade para mim é ter um futuro melhor", disse a estudante que sonhava com medicina, mas vai tentar enfermagem, e não pretende recorrer ao sistema de cotas para negros.

O formulário pode ser retirado até a meia-noite do dia 22 pela Internet no site www.cops.uel.br. Para quem não tem computador, o Sebec disponibilizou um posto de atendimento no Museu Padre Carlos Weiss (das 8h às 11 horas e das 13h às 17 horas) e no Sebec (das 8h às 11 horas, 13h às 17 horas e 18h às 21 horas), no campus universitário da UEL. No formulário está prevista a data em que o candidato deve entregar os documentos necessários para solicitar a isenção. A isenção da taxa de inscrição é concedida desde 1996 e já beneficiou cerca de oito mil alunos. (C.P.)

Folha de Londrina, 19 de agosto de 2004.

A adoção das Ações Afirmativas em benefício dos negros e egressos da rede pública de ensino foi um marco na história da Universidade e também do Movimento Negro. Essa importante conquista, porém, não se manteve livre de percalços e desafios. Conforme elucidado por Pacheco²¹, imediatamente após a aprovação da Política de Cotas pelo Conselho Universitário da UEL, o procurador da República, Dr. Mauro Ferreira Leite, entrou com uma ação civil pública no intuito de impedir sua concretização, fato que repercutiu amplamente na imprensa local.

²¹ PACHECO, Jairo Queiroz. *Desafios da inclusão: o olhar dos jovens negros sobre a Política de Cotas da UEL*. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Londrina, 2019, 122-125.

A atuação tanto da administração da UEL, por meio da defesa da constitucionalidade da Ação Afirmativa em pauta, quanto do Movimento Negro de Londrina, por meio de manifestações, vigília cívica²², debates, entrevistas, abaixo-assinados e articulações importantes, além do imprescindível apoio do Ministério Público, através da ação do Promotor de Justiça Paulo César Vieira Tavares, asseguraram a viabilização da Política de Cotas na Universidade. Posteriormente, em 2012, no intento de agregar colaboradores para as ações de combate ao racismo e contribuir para a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Tavares criou o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público de Londrina. O GT esteve sob sua coordenação até julho de 2019.



Folha de Londrina, 25 de agosto de 2004.

²² ARAÚJO, Fernando. *Entidades saem em defesa das cotas na UEL*. Jornal de Londrina, 25 de agosto de 2004, p. 3A. MATIDA, Karla. *Entidades fazem vigília em defesa das cotas na UEL*. Folha de Londrina, 27 de agosto de 2004.

FOLHA DE LONDRINA, quarta-feira, 25 de agosto de 2004

Geral 7

ACESSO À EDUCAÇÃO

Entidades lançam movimento pró-cotas na UEL

Defensores da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e afrodescendentes iniciam abaixo-assinado

Vanessa Navarro
Reportagem Local

Dezoito entidades de Londrina lançaram ontem um abaixo-assinado a favor da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e afrodescendentes na Universidade Estadual de Londrina (UEL). O documento deverá ser entregue pessoalmente ao procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles.

Essa é a primeira reação concreta das entidades defensoras das cotas contra a ação que o procurador da República em Londrina, Mário Ferreira Leite, pretende mover contra a reserva de vagas. Leite entende que o sistema é inconstitucional, pois fere o princípio de igualdade de direitos. Ele quer impedir que a reserva de 40% das vagas da UEL vigore a partir do vestibular de 2005.

A maior parte das entidades é ligada a movimentos negros, estudantes e sindicais, entre eles a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação Afro-Brasileira (Aabras), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os

sindicatos dos Bancários e dos Servidores Municipais de Londrina. Segundo Jorge Custódio, presidente do Centro de Direitos Humanos (CDH) de Londrina - outra entidade envolvida - a expectativa é recolher no mínimo 5 mil assinaturas.

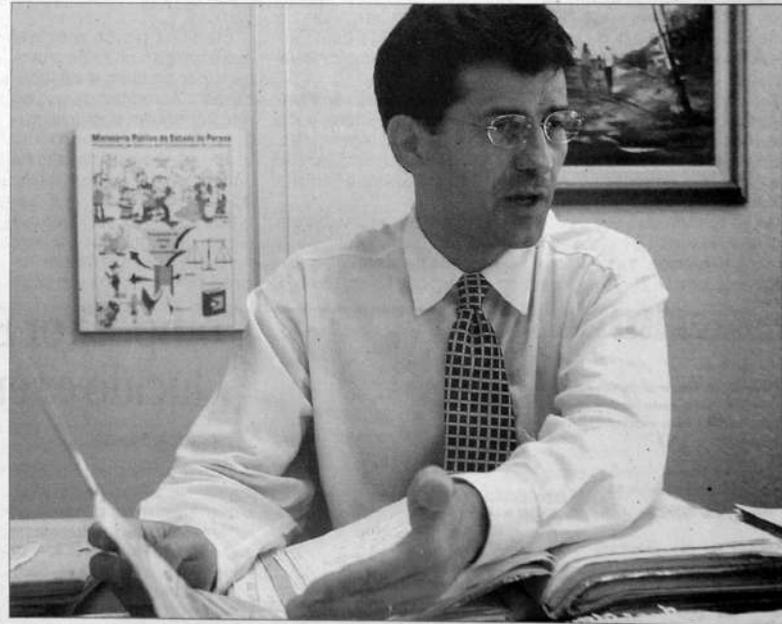
"O documento é em defesa das cotas, que foram aprovadas pelo Conselho Universitário. Esperamos sensibilizar o Ministério Público Federal (MPF) a promover uma discussão com a sociedade, já que aqui em Londrina o procurador se fechou aos debates", alegou. Custódio afirmou que as entidades esperam conseguir uma audiência com Fontelles até a próxima semana. Pelos próximos dias, o abaixo-assinado estará disponível no Diretório Central de Estudantes (DCE) e em outros pontos da UEL, além do Calçadão de Londrina.

A presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra, Vilma dos Santos, acredita que a questão das cotas compete ao Ministério Público estadual, e não ao federal. Ontem à tarde, representantes das entidades se reuni-

ram com o promotor de Direitos e Garantias Constitucionais de Londrina, Paulo Tavares, para saber sua posição. "O sistema de cotas é absolutamente constitucional porque visa corrigir uma distorção, uma desigualdade social", disse o promotor. Tavares afirmou também que quer "somar com o movimento, que é extremamente legítimo".

"Ficamos bastante satisfeitos com esse encontro", garantiu João Lino, da Aabras e do Conselho Municipal da Comunidade Negra, apesar das entidades terem conseguido apenas o apoio pessoal do promotor Paulo Tavares. "O promotor deixou claro que a questão das cotas vem de encontro com uma constituição de uma sociedade igualitária", completou Lino.

Ao final do encontro, os representantes das entidades anunciaram o próximo passo, uma vigília em frente ao Ministério Público marcada para a próxima quinta-feira, dia 26, a partir das 17 horas. "Não vai ser um ato em massa e sim um ato simbólico", avisam (Colaborou Karla Matida)



Paulo Tavares: "O sistema de cotas é constitucional porque visa corrigir uma desigualdade social"

Folha de Londrina, 25 de agosto de 2004.

Inclusão Estão sendo coletadas assinaturas em apoio à reserva de vagas para negros e alunos de escolas públicas

Entidades saem em defesa das cotas na UEL

FERNANDO ARAÚJO

Representantes da sociedade civil e entidades ligadas aos movimentos estudantil e negro iniciaram ontem uma mobilização em defesa da reserva de 40% das vagas para negros e estudantes da rede pública no próximo concurso vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Apesar de aprovada pelo Conselho Universitário, a proposta deve ser questionada juridicamente pelo procurador da República em Londrina, Mário Leite, que entende o sistema como inconstitucional.

A mobilização começou na sede do Diretório Central Estudantil (DCE) e reuniu representantes de 17 entidades. A coleta de assinaturas deve acontecer em diversas regiões da Cidade, além da apresentação de uma carta aberta à população sobre o sistema de cotas. Cada entidade participante vai recolher assinaturas em vários locais como o Calçadão, UEL, escolas públicas e bairros da Cidade. "Vamos levar não só o abaixo-assinado, mas informações para a população sobre essa proposta. Nós sabemos que o sistema não é uma solução para desigualdade social, mas pode ser um início", disse o representante do DCE, Mateus Tokairin.

Com o abaixo-assinado em mãos, a idéia é levar o documento a conhecimento do Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, em Brasília, para que ele tome conhecimento do interesse da população sobre o sistema. "Vamos tentar uma audiência com o procurador. O objetivo é que ele (Fonteles) possa através de sua superioridade hierárquica conversar com o procurador (Mário Leite)", disse o membro do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná (Coped), Jorge Custódio.

As entidades que defendem o sistema de cotas esperam a participação do Ministério Público estadual na questão. "Queremos saber o posicionamento do Ministério Público e também discutir se a proposta das cotas possui algo de inconstitucional", completou Custódio.

HISTÓRIA

Os participantes da mobilização acreditam que a interferência do procurador e a proposta de ação contra o sistema é "oportuna". "O procurador não possui fundamento histórico para discutir esse assunto. Na reunião que tivemos, ele não demonstrou isso claramente. Somos nós, os negros, que também pagamos seu salário para defender os nossos direitos de inclusão", disse a presidente do Conselho Municipal dos Direitos dos Negros, Vilma Santos de Oliveira.

Ela lembrou que a proposta do sistema de cotas foi discutida em diversas reuniões e conferências promovidas pela UEL e também pelas entidades envolvidas. "A proposta não foi colocada de baixo para cima. Toda a Cidade teve oportunidade de debater", disse.

A presidente do conselho também argumentou que a proposta é parte de reparação histórica de marginalização da população negra no decorrer dos anos. "Ninguém questiona porque os negros são maioria nas penitenciárias e na periferia. É fácil o negro ser taxado de marginal e não se discutir as causas do que encontramos hoje".

O procurador da República em Londrina, Mário Leite, foi procurado pela reportagem do JL, mas está em Campo Mourão, onde vai passar a semana. No escritório em Campo Mourão ele também não foi encontrado e até o final desta edição não havia retornado os recados deixados.



Vilma Santos: "Nós, os negros, também pagamos seu salário (do procurador) para defender nossos direitos de inclusão"

Entidades buscam apoio de Ministério Público

Representantes de entidades civis organizadas reuniram-se ontem com o promotor de Defesa dos Direitos Constitucionais, Paulo Tavares, para pedir apoio na luta contra a decisão do procurador da República em Londrina, Mário Ferreira Leite, de ingressar com uma ação civil pública junto à Justiça Federal contra a implantação do sistema de cotas para negros e estudantes de escolas públicas na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Embora tenha afirmado ser favorável às cotas e respeitar a decisão de Mário Leite, Paulo Tavares, ao contrário do

procurador da República, considera constitucional a implantação da reserva de vagas. "O sistema de cotas é absolutamente constitucional porque visa a reduzir uma distorção. O futuro do Brasil passa pela educação. Se só uma parcela tem acesso ao ensino, vamos perpetuar a diferença", ressaltou o promotor. A ação elaborada pelo procurador da República foi elaborada com base no inciso I do artigo 206 da Constituição Federal, que dispõe sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Para Mário Leite, com o sistema de

cotas a universidade estaria colaborando com a discriminação por raça, cor e classe social. Paulo Tavares interpreta de forma diferente o que diz a lei. No seu entendimento, é justamente por não haver igualdade é que se fazem necessárias as cotas. O promotor disse que nada poderá fazer para impedir Mário Leite de ingressar com a ação junto ao Ministério Público Federal, mas encorajou e apoiou o movimento, que considera "legítimo". "Quero que esse movimento não pare. A Constituição está do lado deles (representantes das entidades)".

Membro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Jorge Custódio saiu animado da reunião com o promotor. "Vimos que o posicionamento dele (Mário Leite) não é geral e reforçamos a idéia de que estamos no caminho certo", comentou. Amanhã, às 17 horas, representantes das mesmas entidades que participaram do encontro com Paulo Tavares farão vigília em frente ao prédio da Justiça Federal como forma de protesto à atitude do procurador da República. Eles também irão tentar conversar com outros procuradores sobre a questão das cotas. (SIMONI SARIS)

Após o extenuante embate do Movimento Negro contra uma afronta à sua recente conquista, o juiz Oscar Alberto Mezzaroba Tomazoni, da 1ª Vara Federal de Londrina, entendeu como ilegítima a ação proposta por Leite, uma vez que, sendo a UEL uma instituição estadual, não competia à Justiça Federal tal julgamento. O processo foi, então, extinto²³.

Em linhas gerais, é possível afirmar que quem rechaçava veementemente as Ações Afirmativas, mais precisamente a Política de Cotas, eram as elites e as classes médias. Sávio Cavalcante afirma: “... os programas de cotas atingem frontalmente a ideologia meritocrática que, embora subproduto da ideologia burguesa de valorização do trabalho em geral, é uma ideologia orgânica de trabalhadores de classe média”. Prossegue o autor: “Essa perturbação na ‘normalidade meritocrática’ de processos sociais constitui um elemento decisivo para a consolidação de um sentimento de revolta na classe média”²⁴.

Para compreender a essência desse processo de democratização do acesso ao ensino superior, é preciso mencionar especialmente a luta de mulheres e homens negros que, a partir de seus conhecimentos, edificados com base em suas experiências, sensibilizaram personagens centrais da comunidade universitária. Esses membros, ao dialogarem com os movimentos sociais, facultaram a uma nova geração de estudantes, pobres e negros, ter acesso à universidade.

²³ AVANSINI, Carolina. Justiça extingue ação contra as cotas na UEL. *Folha de Londrina*, 16 de setembro de 2004.

²⁴ Cf. CAVALCANTI, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 187.

Conquistas e reivindicações



Vilma Santos de Oliveira: implantação do sistema de cotas para negros no vestibular da UEL foi a grande conquista este ano

No "Dia da Consciência Negra e de Luta Contra a Discriminação", a presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra, Vilma Santos de Oliveira, também conhecida como Mãe Mukumbi por sua atuação no candomblé, destaca alguns avanços do movimento.

Para ela, a implantação do sistema de cotas na UEL (que teve 2.193 negros inscritos para o vestibular de 2005) foi uma grande vitória para diminuir a exclusão social. Entre as reivindicações da comunidade, também está a viabilização em Londrina da Casa do Negro – um espaço cultural permanente para a comunidade de negros e afro-descendentes, estimada em 21% da população da cidade.

"Tivemos muito apoio do governo atual para as questões do negro e espero que ele nos ajude a tornar possível esse espaço cultural, uma reivindicação antiga que vai ser importante para o desenvolvimento de vários projetos", diz Vilma.

Ela também ressalta que é fundamental que o Conselho tenha uma secretaria ou esteja vinculado à alguma coordenadoria. "O Conselho ainda está muito solto. Não temos uma base, com suporte do governo, primordial para o desenvolvimento de políticas públicas."

A criação da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial (Seprir), pelo governo federal, que ano em 2005 vai organizar a sua 1ª conferência nacional, é destacada por ela como um fato importante para a discussão de assuntos pertinentes entre as minorias raciais. "Negros, muçulmanos e ciganos, exemplos de categorias menos favorecidas no país, poderão ter um espaço para discutir seus problemas e buscar juntos as soluções".

Além de presidente do Conselho, Vilma também coordena o projeto de extensão "Tradições e Identidade", da UEL, e o "Afoxé", que faz parte dos projetos estratégicos da Rede da Cidadania. Ela também foi fundadora da Associação Afro-Brasileira na cidade. (A.P.N.)

Folha de Londrina, 20 de novembro de 2004.

A Aula Inaugural

Em 15 de março de 2005, a ministra-chefe da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, esteve em Londrina para a Aula Inaugural do ano letivo. Ribeiro enfatizou a importância das cotas para a população negra e o papel da Universidade Estadual de Londrina nesse contexto.

Além da comunidade universitária, como em todas as etapas decisivas das Ações Afirmativas, integrantes do Movimento Negro estiveram presentes.



Na primeira fileira, integrantes do Movimento Negro de Londrina. Da esquerda para a direita: Maria Eugênia de Almeida, João Lino de Oliveira, Dona Vilma, s/id., Fábio Afonso da Silva e Lusinete Santos. Fonte: SAUEL.



Na mesa, da esquerda para a direita: Maria Nilza da Silva – Coordenadora do NEAA, s/id., Lygia Pupatto – Reitora, Matilde Ribeiro – Ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Jairo Pacheco – Pró-Reitor de Graduação da UEL, Eduardo Di Mauro – Vice-Reitor. Fonte: SAUEL.



Fonte: SAUEL.

A Primeira Avaliação – 2011: o fim da proporcionalidade

Em 2004, como mencionado, ficou estabelecido que até 40% das vagas dos cursos de graduação seriam destinadas a estudantes oriundos de instituições públicas, das quais metade, até 20% do total, seriam reservadas para candidatos negros. Todavia, o critério que condicionava a reserva de vagas ao número de inscritos comprometia a efetividade da política para os candidatos negros.

Na avaliação realizada em 2011, houve uma preocupação muito grande em relação à possibilidade de supressão do sistema de cotas na UEL, o que exigiu intensas mobilizações de ativistas negros, docentes, estudantes e outros membros da comunidade universitária, que tinham como objetivo não apenas lutar pela continuidade da Política de Cotas, mas também corrigir sua falha inicial, relativa ao critério da proporcionalidade.

Ao lado, o manifesto *Pelo Aprimoramento do Sistema de Cotas*. Também o movimento estudantil, notadamente o Coletivo Pró-Cotas da UEL, participou ativamente do processo de avaliação e de lutas para retirar a condição de proporcionalidade.

PELO APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE COTAS DA UEL

Em atendimento ao previsto na Resolução 78/2004 do Conselho Universitário que regulamenta o Sistema de Cotas da UEL, neste ano de 2011, a Universidade deu início ao processo de avaliação do Sistema cujos parâmetros se baseiam em três critérios: a) o percentual de reserva de vagas (caput do artigo 1º); b) as características de distribuição do percentual de reserva – escola pública e negros (artigo 1º); e c) a proporcionalidade (§1º do artigo 1º).

Nesta perspectiva apresentamos o presente documento, que tem caráter propositivo, para contribuir com as discussões que se mostram fundamentais para a consolidação de uma universidade democrática e plural.

Políticas de Ação Afirmativa – as cotas nas universidades brasileiras

As cotas nas universidades públicas brasileiras são uma das formas de aplicação das políticas de Ação Afirmativa. O grande impulso para o início da discussão e do processo de adoção das cotas no país aconteceu após a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001. O Brasil é signatário do Relatório da Conferência que prevê a adoção de políticas públicas para minimizar os efeitos perversos do racismo e da discriminação. Ao assinar o relatório final da Conferência, o Brasil se comprometeu a criar políticas para superar o racismo que interfere no acesso aos direitos básicos do cidadão, em especial no direito à educação.

Dez anos após a Conferência de Durban e intensos debates na sociedade brasileira, 158 instituições públicas no Brasil adotaram as cotas em seus processos seletivos, destas 89 implantaram as cotas para negros¹. Contudo, cada universidade tem a autonomia para elaborar o seu próprio programa de cotas.

As cotas na UEL

No caso da Universidade Estadual de Londrina, houve a mobilização do movimento negro, que estava em sintonia com os acontecimentos nacionais e internacionais sobre as ações afirmativas e deu início ao movimento reivindicatório e de debates na cidade de Londrina em 2002.

No mesmo ano, foi desencadeado um processo de quase três anos de discussões com a sociedade civil e com a comunidade interna, que culminou com a aprovação do sistema de cotas em julho de 2004. A proposta debatida e aprovada por ampla maioria de votos no Conselho Universitário, previa a reserva de 40% das vagas para estudantes da escola pública, das quais

¹ Conf.: <http://www.pulmares.gov.br/?p=12363>. Acesso em 15 de junho 2011.

metade para a população negra (de cor preta ou parda), ou seja, 20% para negros² oriundos de escola pública.

Ao instaurar o debate sobre o reduzido número de negros que chegam ao ensino superior surgiu também a discussão sobre a escola pública. Neste aspecto muitas universidades adotaram as chamadas cotas sociais, em que a política de Ação Afirmativa é direcionada aos estudantes oriundos do ensino público.

Ao estabelecer essa percentagem, a Universidade reconhece a necessidade de reservar uma parcela das vagas para ingresso de pessoas pertencentes a grupos excluídos socialmente. Assim procedendo, acentua seu caráter de instituição pública: considerando que ela é mantida pelos impostos pagos por todos, inclusive pelos mais pobres, busca tornar o acesso aos seus cursos menos desigual.

Estes mecanismos também reforçam o caráter público da Universidade por diminuírem o elitismo do acesso às suas vagas, ao compensar parte dos efeitos advindos das desigualdades socioeconômicas com a cota para a escola pública. No entanto, verifica-se também que, no caso dos negros, os efeitos do racismo, intensificam sua exclusão do acesso à universidade.

A condição de proporcionalidade

Ao aprovar o sistema, o Conselho Universitário condicionou a reserva das vagas ao número de candidatos inscritos no vestibular. Ou seja, há uma flutuação no número de vagas. Nos cursos de menor procura³, o número de candidatos inscritos oriundos de escola pública e de negros oriundos de escola pública pode chegar ao limite das vagas⁴; contudo, naqueles que conferem maior status profissional⁵, nos quais a concorrência é alta, há uma diminuição de candidatos oriundos de escola pública e de candidatos negros oriundos de escola pública inscritos e isso reduz o número de vagas efetivamente disputadas e ocupadas por estes candidatos. Como os negros que concluem o ensino médio são em menor proporção do que os estudantes brancos, as desvantagens se perpetuam, conforme mostraram as pesquisas de órgãos como IPEA⁶ entre outras.

A percentagem dos estudantes negros que ingressaram na UEL, a partir da implantação do sistema de cotas, desde o primeiro vestibular, tem como média 7,08%, índice muito distante

² Negros = pretos + pardos.

³ Exemplos de baixa proporção candidatos/vagas: Ciências sociais 2,83; arquivologia 2,88; bibliotecologia 2,5.

⁴ Muitos candidatos negros são trabalhadores, por isso “escolhem” cursos que apresentam menor concorrência e que possam ser cursados em apenas um turno. Os cursos integrais geralmente dificultam a possibilidade de continuar trabalhando, além do que, são cursos que necessitam de maior investimento na compra de livros e outros materiais.

⁵ Exemplos de alta proporção candidatos/vagas: Medicina 55,30; Design gráfico 33,08; Comunicação Social (jornalismo) 25,79. Dados de 2007. Conf.: http://www.pops.uel.br/vestibular/2007/arquivos/candidato_vaga.pdf acesso em 19/09/2008.

⁶ <http://www.ipea.gov.br/portal> acesso em 15/06/2011.

da proposta divulgada e conhecida⁷. No ano de 2005, houve 279 ingressantes negros (9,21%), em 2006, os negros eram 209 (6,85%), em 2007, o número foi de 226 (7,40%) e no último vestibular foram 182 matriculados (6,40%).

A proporcionalidade no vestibular da UEL deforma o objetivo do sistema, de superar as desigualdades no acesso à educação superior de qualidade, especialmente naqueles cursos em que os estudantes oriundos de escola pública e, sobretudo, a população negra, estão praticamente ausentes, como é o caso dos cursos mais concorridos. Ao condicionar o número de vagas ao número de inscritos significa reduzir drasticamente as possibilidades de ingresso dos estudantes oriundos de escola pública e de negros, notadamente dos negros, visto que estes concluem o Ensino Médio em reduzido número. A média dos ingressantes negros não chega a 8%. Muito distante dos 20% que foi pretendido em 2004. Confira a tabela abaixo publicada no site⁸ da UEL:

ANO	TOTAL GERAL	Total de Matriculados – Por Cota de matrícula					
		Cota 0		Cota 1		Cota 2	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
2005	3029	2017	66,59	733	24,20	279	9,21
2006	3051	2010	65,88	832	27,27	209	6,85
2007	3052	2005	65,69	821	26,90	226	7,40
2008	3021	1992	65,94	819	27,11	210	6,95
2009	2965	1962	66,17	838	28,26	165	5,56
2010	2844	1659	58,33	1003	35,27	182	6,40
TOTAL	17962	11645	64,83	5046	28,09	1271	7,08

Fonte: PROGRAD/Divisão de Políticas de Graduação

Legenda: Cota 0 – cota universal, Cota 1 – cota EP Escola Pública, Cota 2 – cota PP Pretos e Pardos

No primeiro vestibular da UEL com a política de cotas em 2005, percebeu-se que o candidato que se inscrevesse pelas cotas concorria apenas às vagas destinadas à reserva de vagas, mesmo que ele obtivesse uma classificação para concorrer pelas vagas universais (cota 0). Nesse caso havia uma distorção da política visto que as cotas seriam destinadas àqueles candidatos que não tinham condições de ingressar pelas vagas universais. Essa situação foi corrigida nos anos seguintes até 2009, conforme resoluções do CEPE⁹. Porém no vestibular 2010 o candidato que optou por concorrer pela reserva de vagas, o fez limitado às vagas destinadas para esse fim, não disputando 100% das vagas oferecidas por cada curso, conforme as resoluções estabelecidas a partir de 2005. Um candidato que, tendo se inscrito pelo sistema

⁷ Confira exemplos do impacto causado pela proporcionalidade adotada pela UEL analisado em artigo anterior, referente ao concurso de 2005: “a proposta inicial para o curso de Engenharia Civil previa a reserva de 14 das 70 vagas existentes para os estudantes negros, caso prevalecesse a proposta original da reserva de 20% do total das vagas por curso. Mas com a proporcionalidade baseada no número de inscritos as vagas ficaram reduzidas apenas a duas. No caso do curso de Direito, a proposta inicial previa o ingresso de 24 estudantes, mas o número de vagas foi reduzido para 11. O curso que teve menor impacto com a reserva de vagas foi o de Medicina, pois das 16 vagas previstas apenas duas foram destinadas aos negros” (SILVA, 2008).

⁸ http://www.uel.br/prograd/cotas/documentos/relatorio_cotas.pdf Acesso em 15/06/2011.

⁹ Resoluções CEPE 136/2005, 66/2006, 78/2007, 81/2008. Fonte: PROGRAD/UEL.

de reserva de vagas, e que tenha sido bem classificado, não necessitaria das cotas para o ingresso na universidade mas acabou por utilizar uma das poucas vagas destinadas aos candidatos cotistas.

Avaliação pedagógica do sistema

As conseqüências pedagógicas destas medidas foram avaliadas pela Comissão Permanente de Acompanhamento e de Avaliação da Implementação da Política de Cotas na Universidade Estadual de Londrina, indicada pelo CEPE, que assim se expressou:

"O desempenho dos acadêmicos cotistas, pelos dados dos últimos quatro anos se apresenta satisfatório. Esses estudantes têm conseguido acompanhar o desenvolvimento dos demais estudantes, com médias equivalentes. Em algumas situações, os estudantes cotistas, oriundos de escolas públicas, tanto preto como brancos apresentaram desempenho superior ao dos estudantes não cotistas. A evasão verificada não é significativa, considerando os dados do elevado índice apresentado pelos estudantes não cotistas"¹⁹.

Considerando o exposto, verificamos que a UEL foi uma das instituições pioneiras na adoção de políticas de diminuição de desigualdades no ingresso de estudantes, ao criar o sistema de cotas para oriundos da escola pública e para negros oriundos da escola pública, no que foi seguida por inúmeras outras instituições. Foi também providente ao definir uma avaliação dos efeitos destas medidas após sete anos.

O exaustivo trabalho efetuado pela comissão de avaliação nomeada pelo CEPE indica que não existem prejuízos para a qualidade do ensino decorrentes da adoção do sistema de cotas.

Procuramos demonstrar aqui que, apesar dos acertos das medidas adotadas, sua efetividade foi sobremaneira prejudicada pela exigência de proporcionalidade entre o percentual de inscritos pelo sistema de cotas e o número de vagas efetivamente destinadas a esta finalidade. No caso das vagas previstas para negros oriundos da escola pública, este mecanismo fez com que houvesse uma ocupação média de menos que 8% das vagas, não chegando à metade dos 20% previstos.

¹⁹ Relatório da Comissão Permanente de Acompanhamento e de Avaliação da Implementação da Política de Cotas na Universidade Estadual de Londrina, p. 35-6. http://www.uel.br/prograd/cotas/documentos/relatorio_cotas.pdf; acesso em 15/06/2011.

PROPOSTA:

Diante da necessidade de avaliação do sistema após sete anos de sua implantação e do OF. Comissão n. 007/2011 e OF. Prograd n. 38/20011, propomos:

- a) sobre o percentual de reserva de vagas (caput do artigo 1º):
Propomos que o percentual de reserva de vaga seja efetivamente de 40% para estudantes oriundos de escola pública e que, deste total, metade seja destinada aos estudantes negros;
- b) sobre as características de distribuição do percentual de reserva entre candidatos oriundos da escola pública e negros também oriundos da escola pública:
- deve-se manter a reserva de vagas para estudantes de escola pública e para negros, visto que estes estão sub-representados mesmo na escola pública;
- Propomos, também, que se mantenha a formulação vigente entre 2006 e 2009 quanto à forma de definição da aplicação do sistema e de transferência de vagas que não venham a ser ocupadas conforme o previsto inicialmente;
- c) sobre a proporcionalidade:
Excluir a condição de proporcionalidade. A percentagem de reserva de vagas deve incidir sobre o total de vagas de cada curso.

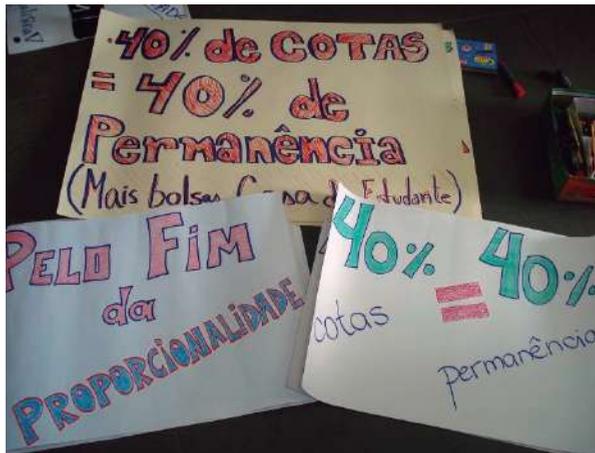
Proponentes:

Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos – NEAA/UEL
Departamento de Ciências Sociais – UEL
Colegiado de Ciências Sociais – UEL
Grupo de Estudos e Extensão sobre materiais didáticos de Sociologia – GEEMAS/UEL
Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina – IPAC/UEL
Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO/UEL
Laboratório de Ensino, Extensão e Pesquisa de Sociologia – LENPES/UEL
Laboratório de Estudos de Religiões e Religiosidades – LERR/UEL
Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e de Relações Raciais – UEL
~~Coletivo Pró-Cotas: Diversidade e Permanência na UEL~~
Centro Acadêmico de Ciências Sociais - UEL

Londrina, 16 de junho de 2011.

O Movimento Estudantil: Coletivo Pró-Cotas

O Coletivo Pró-Cotas, formado por universitários cotistas e não-cotistas da UEL e membros da comunidade externa, foi consolidado no dia 12 de agosto de 2010 com o objetivo de promover debates e ações em defesa da continuação e do aprimoramento das Ações Afirmativas²⁵.



Fotos cedidas por: Inês Munique.

²⁵ Cf. <https://coletivoprocotasuel.blogspot.com/p/quem-somos.html>.

O aprimoramento

As cotas sempre foram objeto de questionamentos, por falta de informação ou por manifestação racista; por isso foram necessárias diversas mobilizações para a continuidade e o aprimoramento do sistema. Na avaliação de 26 de agosto de 2011, o Conselho Universitário da UEL aprovou a continuidade da Política de Cotas pelo período de mais cinco anos e decidiu pela supressão da proporcionalidade²⁶. Assim, a partir do vestibular de 2013, 40% das vagas passaram a ser efetivamente destinadas a estudantes provenientes da escola pública, das quais metade reservavam-se a candidatos negros oriundos do mesmo tipo de instituição²⁷, avanço importante nessa Ação Afirmativa.



Votação do Conselho Universitário. Fonte: Agência UEL - 26/08/2011.
Disponível em: [http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas\(1\).html](http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas(1).html)



José Mendes de Souza foi membro ativo do Conselho Universitário, com direito a voto, que em 2004 aprovou, em 2011 e 2017 avaliou e aprimorou as Cotas na UEL. Foto: Arquivo pessoal de José Mendes.

²⁶ Cf. PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação. *UEL aprova continuidade do Sistema de Cotas*. Disponível em: [http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas\(1\).html](http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas(1).html). Acesso em 17, out., 2019.

²⁷ Cf. Resolução nº 108/2008: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2011/resolucao_108_11.pdf.

A Segunda Avaliação – 2017: ampliação das cotas

Passados cinco anos da primeira avaliação, no final de 2016 e início de 2017, aconteceram novas mobilizações da comunidade universitária, isto é, de docentes, funcionários e estudantes pela reserva de vagas. O Movimento Negro e parceiros de outras importantes instituições, como Kabengele Munanga (USP), Marcelo Tragtenberg (UFSC), André Lázaro (UERJ/FLACSO), José Jorge de Carvalho (UNB), Acácio Sidnei de Almeida (UFABC), Sávio Machado Cavalcante (UNICAMP), entre outros, desempenharam um papel de suma relevância ao participarem do debate e se posicionarem em defesa das Ações Afirmativas apresentando dados empíricos oriundos de suas pesquisas qualitativas e quantitativas. O objetivo, da avaliação em 2017, foi assegurar a continuidade da Política de Cotas e o seu aprimoramento incluindo-se na votação do Conselho Universitário a proposta de reserva de 5% das vagas para negros independentemente do percurso escolar. A proposta de ampliação de 5% foi apresentada a partir de uma experiência da Universidade de Brasília (UNB), que reserva vagas para negros de qualquer percurso acadêmico.



Mobilização Estudantil

Semelhante à mobilização em 2011, os estudantes estiveram presentes também em 2017, organizaram-se e participaram ativamente do processo de avaliação, votação, continuidade e aprimoramento das cotas. Abaixo, o Informativo Pró-Cotas.



INFORMATIVO PRÓ-COTAS

Londrina, fevereiro de 2017

Quando o assunto é cotas, o racismo recrudescce

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi uma das universidades estaduais pioneiras na implementação do sistema de cotas, em 2004. O debate iniciou-se com a mobilização do Movimento Negro e parte da comunidade universitária, após inúmeras discussões sobre a temática, colocou-se como proposta a reserva de 40% para estudantes oriundos de escola pública, sendo que a metade seria destinada para estudantes negrxs. No entanto, a porcentagem não estava condicionada ao número de vagas e sim ao número de inscritos. Esse sistema vigorou por sete anos (2005-2011).

Em 2011, houve a primeira avaliação do sistema de cotas desta universidade, levando novamente a mobilização do Movimento Negro e da comunidade acadêmica, e também, a criação do Coletivo Pró-Cotas por parte dos estudantes. Em conjunto, realizaram ações para promover debates na UEL sobre a importância da continuidade das ações afirmativas, entendendo que ainda havia uma enorme desigualdade de acesso ao ensino superior entre brancos e negros. Nesse mesmo ano, dos estudantes de 18 a 24 anos, 65,7% (brancxs) e 35,8% (negrxs), frequentavam o ensino superior (IBGE, 2015). O principal avanço dessa avaliação foi retirar a proporcionalidade (condicionalidade da reserva de vagas ao número de inscritos), deste modo, a condicionalidade passou a ser ao número de vagas. Garantindo efetivamente 40% das vagas para estudantes de escola pública sendo a metade para os negrxs.

Após cinco anos, enfrentamos a segunda avaliação do sistema de cotas, verificase o aumento da porcentagem de negrxs que ingressam na universidade, passando de 4,8% em 2013 para 9,1% em 2016 (Prograd-UEL, 2017). Mesmo com essa situação, estudos mostram que ainda há um abismo entre negros e brancos no acesso ao ensino superior. Em 2014, dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentavam o ensino superior era 71,4% entre a população branca e 45,5% entre a população negra dessa faixa etária (IBGE, 2015).

Em decorrência da avaliação do Sistema de Cotas da UEL nos dias 18, 19, 25 e 26 de janeiro, ocorreu um Ciclo de Debates com professores da UNB, UERJ e UFSC sobre as Ações Afirmativas no Brasil. Os debates foram essenciais pois trouxeram dados sobre as desigualdades de raça, gênero e renda e o seu reflexo no acesso ao Ensino Superior, confirmando a necessidade das políticas de ação afirmativa.

Com base no que foi apresentado, defendemos a proposta da continuidade do Sistema de Cotas, porém, com modificações: **20% para estudantes oriundos da Escola Pública, 20% para estudantes negros de escola pública e 5% para estudantes negros de qualquer percurso escolar (cotas irrestritas), além disso, que o prazo da próxima avaliação seja para daqui 20 anos ou que não tenha limites, entendendo que cessando as desigualdades sociais e raciais as cotas ficam obsoletas.** Entendemos que as cotas irrestritas representam maior possibilidade de equiparação da desigualdade de acesso dos negrxs no ensino superior.

Em âmbito nacional vivemos um período de recrudescimento do conservadorismo na sociedade, como as medidas tomadas pelo atual governo golpista: a Reforma do Ensino Médio, imposta a canetadas sem debate público, da mesma forma a aprovação da PEC 241/55 que congela gastos públicos, principalmente da saúde e educação. Além disso, percebemos que há um apoio de parte da sociedade no retrocesso de determinadas políticas sociais.

As cotas raciais exacerbam o racismo, pois colocam em xeque os privilégios historicamente usufruídos pelos brancos das classes dominantes, em 2001 início da discussão sobre as Ações Afirmativas, do total de universitários brasileiros, apenas 2% eram negros (IPEA, 2001). O ensino superior ainda continua sendo um espaço privilegiado, a taxa de matrícula nesse nível de ensino da população de 18 a 24 anos em 2015, foi de 18,1%, no mesmo ano, de todas as matrículas realizadas, apenas 5,5% correspondiam a educação pública (IBGE/Pnad 2015).

Quando discutimos as cotas raciais, posicionamentos opostos a elas emergem através de discursos que não levam em consideração a desigualdade racial histórica do Brasil. Um exemplo disso, é o texto publicado no Instituto Geledés "Conheça 7 mitos sobre as cotas raciais", onde são desconstruídas as principais posições contrárias sobre o assunto. Ao negar o racismo estrutural e afirmar que as oportunidades são iguais para todos, o "cidadão de bem" faz a defesa da meritocracia em contraponto às cotas raciais.

Se as políticas de Ação Afirmativa visam diminuir a desigualdade de acesso entre negros e brancos no ensino superior e os dados comprovam a existência de tal desigualdade, elas ainda são necessárias. A UEL está em processo de avaliação do seu Sistema de Cotas – a votação ocorre no próximo dia 17, sexta feira, na reunião do Conselho Universitário – e o jogo não está dado, ainda insistem em questionar sua legitimidade e/ou necessidade, alguns por não conhecer a importância e a história de tais políticas e outros por conhecer muito bem os objetivos das ações afirmativas e não conseguem lidar com o fato de negrxs ocuparem um espaço ocupado majoritariamente por brancos das classes dominantes. Desse modo, enquanto persistirem as desigualdades raciais e as perversidades do racismo estaremos em luta. A votação ocorre no próximo dia 17, sexta feira, na reunião do Conselho Universitário desta universidade.

Dia 16 (quinta): 14h – CEPE

Dia 17 (sexta), 8h30 – Conselho Universitário

A presença de todos nesses espaços é de extrema importância para garantirmos que nenhum direito seja retirado.

Yá Mukumby, Presente!

Conselho mantém e amplia as Cotas



Fonte: Agência UEL – 17/02/2017. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2017/cotas.html>

No dia 17 de fevereiro de 2017, o Conselho Universitário da UEL deliberou, por unanimidade, pela manutenção e ampliação do sistema de cotas na instituição. Atualmente a Universidade reserva 45% das vagas, 20% para estudantes oriundos de escolas públicas, 20% para negros provenientes do mesmo tipo de instituição e 5% para negros de qualquer percurso escolar²⁸. O sistema vigorará por vinte anos, com avaliação após dez anos²⁹.

A reserva de vagas para negros, independentemente do percurso escolar, configura-se como importante avanço na luta antirracista. O principal objetivo das Ações Afirmativas é atenuar as desvantagens decorrentes

do racismo, que impacta a trajetória de pessoas negras de qualquer origem social. Nessa perspectiva, a existência de cotas somente para estudantes provenientes da escola pública restringia o acesso de negros que estudaram apenas alguns meses em instituições privadas, geralmente na condição de bolsistas; de negros que fizeram praticamente todo percurso em escola pública, mas não conseguiram concluir a Educação Básica em período regular e retomaram o estudo na fase adulta, por meio da Educação de Jovens e Adultos, em instituições privadas; de negros que tiveram acesso à educação superior, mas que desejam fazer outro curso, entre outras particularidades.

²⁸ Cf. PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação. *Conselho mantém e amplia sistema de cotas*. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2017/cotas.html>. Acesso em 17, out., 2019.

²⁹ Cf. Resolução CU n° 008/2008/2017: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2017/resolucao_08_17.pdf.



Votação do Conselho Universitário, por unanimidade, pela manutenção e ampliação das cotas na UEL, em 17 de fevereiro de 2017. Foto: Sávio Machado Cavalcanti (UNICAMP).

Cotas na UEL: uma experiência de vanguarda

Hoje, muitas são as pesquisas que dispõem de análises qualificadas e, a partir de diferentes perspectivas e referenciais teórico-metodológicos, trazem ao crivo dos debates acadêmicos reflexões aprofundadas sobre esse vasto conjunto de experiências de adoção da Política de Cotas em universidades públicas brasileiras. Nesse cenário, a experiência da UEL constitui-se como vanguarda, uma vez que a instituição compõe o grupamento das primeiras iniciativas de reserva de vagas com vistas a ampliar o acesso de estudantes negros e egressos da escola pública à universidade ³⁰.

Com a experiência de 15 anos, não obstante todos os desafios com que foi e é confrontado, o Sistema de Cotas propiciou a formação de centenas de estudantes negros em diferentes áreas do conhecimento, muitos dos quais assumiram compromisso com questões sociais emergentes através de suas produções e ações, principalmente com a luta antirracista. Portanto, as Ações Afirmativas vêm representando também significativo potencial impulsionador de novas formas de produzir conhecimentos acadêmicos, a partir de perspectivas negras, indígenas e periféricas, historicamente rechaçadas.

³⁰ Para conhecer mais sobre a Política de Cotas na UEL, conferir as seguintes pesquisas: SILVA, Maria Nilza; LARANJEIRA, Pires. Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa. In: PACHECO, Jairo Queiroz. SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). *O Negro na Universidade: o direito à inclusão*. Brasília – DF: Fundação Palmares, 2007. SILVA, Maria Nilza. Cotas Universitárias para Negros no Brasil e o Caso de Londrina. In: CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel (orgs.). *Ciências Sociais na atualidade: tempo e perspectiva*. São Paulo: Paulus, 2009. ANDRADE, Pedro Henrique. *As Ações Afirmativas na UEL: um estudo sobre a sociabilidade dos estudantes negros*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2010. SILVA, Maria Nilza. As cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina e a proporcionalidade. In: SANTOS, Jocélio Teles (org.). *Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012. SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz. As cotas na universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectivas. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO, 2013. SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. *O engendramento de uma nova sociabilidade: as Políticas de Ação Afirmativa e suas influências no contexto acadêmico*. Tese – (Doutorado em Serviço Social e Política Social) Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2018. SILVA, Nikolas Gustavo Pallisser. *As Ações Afirmativas como Tensão à Estrutura Universitária: o caso da UEL (2004-2018)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. PACHECO, Jairo Queiroz. *Desafios da inclusão: o olhar dos jovens negros sobre a Política de Cotas da UEL*. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Londrina, 2019. SILVA, Maria Nilza. As cotas para estudantes negros originários ou não de instituição pública. In: *Colección Apuntes*. UNTREF: Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1otJyITBBNMGZkME2wreoMLdr6oj4pAJc/view>. Acesso em 3, dez., 2019. Veja também o vídeo *Cotas na UEL 2019*. Projeto: ‘Inclusão e Promoção da Igualdade Racial na UEL’ MEC/SISU PROEXT. Produção: Zankete Vídeo Produtora. Londrina, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tCQ3Q7sUxzs&ab_channel=ZanketeVideoProdutora.

Não obstante os significativos avanços proporcionados pela implantação das Ações Afirmativas, há lacunas no que tange aos mecanismos de permanência de estudantes negros e negras na Instituição. Permanecem como desafios a serem enfrentados a garantia das condições de permanência dos graduandos, pois muitos estudantes são obrigados a desistirem da trajetória acadêmica diante das dificuldades que lhes são impostas, como a falta de bolsas, de apoio pedagógico para enfrentar a lacuna de conhecimentos específicos, entre outras. Superados os desafios para o sucesso na graduação serão necessários a oferta de cursos de formação pré-acadêmica³¹ com o objetivo de preparar graduandos que se beneficiaram das Ações Afirmativas para o ingresso em programas de Pós-Graduação; debates consistentes acerca da implantação de políticas afirmativas na Pós-Graduação e a descolonização dos currículos acadêmicos. O NEAB e o LEAFRO, em parceria com outras iniciativas como o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência para Formação do Estudante da UEL (PROPE), têm empreendido esforços nesse sentido.



Maicon Guilherme da Silva Rodrigues e Nikolas Pallisser (PROPE), em visita às escolas para a divulgação das formas de acesso à UEL. Foto: Acervo PROPE.

³¹ Cf. SILVA, Paulo Vinícius Baptista; CUNHA, Josafá Moreira. Sobre a Formação Pré-Acadêmica na UFPR. In: DANTAS, Luís Thiago Freire; PANTA, Mariana. *Pesquisas de Acadêmicos/as do Afirmção na Pós: contranarrativas e descolonização*. Curitiba: Ed. da UFPR/NEAB, 2017.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB

Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (NEAB) foi fundado em 13 de junho de 1985 por Eduardo Judas Barros³² (*in memoriam*), de origem indiana, por meio do Ato Executivo nº 764/85, com o nome de Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA). A entidade foi dirigida por Judas Barros durante 19 anos e tinha como objetivo realizar atividades voltadas à cultura africana e asiática promovendo o intercâmbio entre a UEL e instituições congêneres. O NEAB da UEL é o terceiro mais antigo do gênero. O primeiro foi o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da UFBA, fundado em 1959, e o segundo foi o Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, fundado em 1973.

Em dezembro de 2004, o NEAA passou a ser coordenado por Maria Nilza da Silva³³ até meados de 2006. Nesse período o Núcleo revestiu-se de novas características, passando a desenvolver atividades de pesquisa e extensão voltadas ao cumprimento da Lei 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao incluir nos currículos os estudos Afro-Brasileiros e Africanos. O Núcleo começou a receber demandas das escolas da educação básica para a formação continuada de professores que deveriam ensinar o conteúdo previsto na LDB, os quais, porém em suas trajetórias acadêmicas não haviam recebido a formação sobre a população e cultura negra e africana.

³² Foi professor do Departamento de Comunicação da UEL.

³³ Professora Titular de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais da UEL.

Nesse contexto, o Núcleo deu apoio às Ações Afirmativas destinadas à população negra, iniciando a busca por recursos tanto para o desenvolvimento de pesquisas, quanto para a permanência estudantil. Eram muitas as demandas feitas ao NEAA, tais como: fornecer apoio à UEL para acolher os estudantes negros; participar das comissões de homologação das matrículas por cotas e de avaliação e apoiar a manutenção do sistema. O Núcleo tornou-se, naquele contexto, mais visível por causa das novas necessidades, mas ao mesmo tempo passou a ser vulnerável.

Desde a sua fundação, o NEAA fixou-se num local onde se encontram os estabelecimentos bancários, no Campus Universitário. Em meados de 2006, com início da gestão de Wilmar Marçal, o Núcleo perdeu sua sede que passou a ser ocupada pela Assessoria de Relações Internacionais (ARI), sob a coordenação do recém empossado assessor Eduardo Judas Barros, antigo coordenador do NEAA. Daquele ano até 2016 foram nove as mudanças de lugar, sendo alguns destes sem infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos trabalhos. A maioria das vezes o Núcleo ocupou salas no Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) e, numa das ocasiões, esteve fora do *Campus* da UEL quando esteve alocado no prédio Equipe/UEL, na PR-445, dificultando o acesso da comunidade universitária. De junho de 2006 até junho de 2010, o NEAB foi coordenado por Elena Maria Andrei³⁴ (*in memorian*); de junho de 2010 até o início de 2013 a coordenação esteve a cargo de Rosane da Silva Borges³⁵.

Em meados de 2013, o NEAA voltou a ser dirigido por Maria Nilza da Silva, também coordenadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO)³⁶, cujas atividades passaram, desde então, a ser desenvolvidas no recinto do Núcleo. Foi então que, diante das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, sintonizadas com a Lei Federal 10.639/03³⁷ – alterada pela Lei 11.645/08³⁸, que, além dos conteúdos referentes aos afro-brasileiros e africanos, incluiu os conteúdos

³⁴ Foi professora de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

³⁵ Foi professora do Departamento de Comunicação da UEL.

³⁶ O Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL) foi criado em 2009 com o financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O Projeto é coordenado por Maria Nilza da Silva e, em seus dez anos de existência, foi financiado quatro vezes, contudo, houve um período em que não se contou com financiamento, mas as atividades foram mantidas. Para mais informações sobre o LEAFRO, cf.: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/projeto.php>.

³⁷ A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

³⁸ A Lei 11.645 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

inerentes à História e Cultura dos povos indígenas – e com as Ações Afirmativas na UEL, parte da comunidade interna e externa ligada ao NEAA propôs a alteração do seu nome para Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), preservando os objetivos iniciais e expandindo-os. A alteração do nome do Núcleo ocorreu por meio do Ato Executivo nº 043/14.

O LEAFRO e a Memória da População Negra

Passados 85 anos da fundação de Londrina (1934), a cidade abarca hoje um contingente populacional estimado em 569.733 habitantes (IBGE, 2019), dos quais mais de um quarto se autodeclaram negros³⁹. A população negra contribuiu para a fundação, consolidação e desenvolvimento de inúmeras cidades brasileiras. Em Londrina, não foi diferente: desde os primórdios, nos longínquos anos 1930, as mãos negras, juntamente com tantas outras de diferentes povos e nações, abriram caminho para uma das mais importantes cidades do sul do país.

Embora preterido nas histórias oficializadas, o negro participou ativamente do processo de estruturação de Londrina, desempenhando atividades cruciais para o seu desenvolvimento, a começar pelas árduas jornadas de trabalho no contexto da efervescência cafeeira (1930-1950), que requeria muitos braços para o cultivo do café, designado como “ouro verde”. Na conjuntura urbana, devido às injustiças sociais que ainda hoje restringem suas oportunidades, os negros, em maiores proporções, realizaram os trabalhos e as ocupações menos valorizados socialmente e de menor *status* e remuneração, mas sem as quais nenhuma cidade seria edificada. O segmento negro, portanto, assim como os demais grupos étnicos e raciais que se estabeleceram em Londrina, contribuiu para a organização socioeconômica, política e cultural da cidade⁴⁰.

³⁹ Conforme os dados do Censo Demográfico de 2010, período em que a população total de Londrina correspondia a 506.701 habitantes, a somatória de pretos e pardos, que constitui a categoria “negros”, representa 26%. A divulgação de dados populacionais mais recentes, baseados na cor/raça, está prevista para 2020.

⁴⁰ Cf. PANTA, Mariana. *Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157155>. Acesso em 10, nov., 2019.

As pesquisas realizadas pelo Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros da UEL deram origem à *Coleção Presença Negra em Londrina*⁴¹, cujo objetivo é contribuir para uma educação antirracista por meio da reconstituição da história do município sob outros prismas. A Coleção é composta por quatro biografias de personalidades negras que marcaram a trajetória da cidade, as quais são: *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: A Presença Negra Pioneira em Londrina* (2010/2014), *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira* (2010/2013), *Negro em Movimento: A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento* (2014) e *Dona Izolina e a Venda dos Pretos: Solidariedade e Resistência* (2016), respectivamente.

Além das biografias, foram produzidos pelo LEAFRO e NEAB os livros: *Território e Segregação Urbana: O 'lugar' da população negra na cidade* (2014) e *Dona Vilma: Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida* (2014). Esses livros têm contribuído para evidenciar a participação do negro não apenas como força de trabalho, mas também como protagonista nas esferas sociais, políticas, culturais, educacionais e nas lutas contra a discriminação racial.



⁴¹ Livros disponíveis em: <http://www.uel.br/neab/pages/publicacoes.php>

Projetos e Programas desenvolvidos pelo NEAB e LEAFRO

As iniciativas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros voltadas ao campo educacional, em seus diferentes níveis, embora desenvolvidas em fases distintas, ganharam maior impulso a partir de 2013⁴², quando o Núcleo passou a sediar, em seu espaço, o Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros. O LEAFRO há dez anos realiza ações com o objetivo de promover o reconhecimento e a valorização da história, memória e cultura da população negra, assim como a difusão da sua realidade social, sobretudo no Paraná, tendo como principal instrumento a Lei Federal 10.639/03. O NEAB tem sido *locus* privilegiado para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão financiados por órgãos oficiais de fomento, como:

1. Programa UNIAFRO⁴³

- Programa de Ações Afirmativas para a População Negra de Londrina, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos – NEAA – UEL (EDITAL 2005/SESu/SECAD-MEC – UEL/Proex 01087). Elaborado por Maria Nilza da Silva. Participaram 9 docentes e 31 estudantes.
- História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: educação e Ações Afirmativas no Brasil (Convênio n. 400105/2010 – UEL / MEC/FNDE – UEL/PROEX 01595). Elaborado por Elena Maria Andrei. Participaram 9 docentes e 2 estudantes.

⁴² Nesse período o NEAB passou a ser coordenado por Maria Nilza da Silva, cuja gestão permanece até hoje. A docente já havia assumido a coordenação do Núcleo entre dezembro de 2004 e junho de 2006.

⁴³ Nos primeiros anos do terceiro milênio, muitos núcleos foram criados nas universidades, em especial a partir do Programa UNIAFRO, que visou a formação continuada de professores da rede básica de ensino a fim de contribuir para implementação da Lei 10639/03 e em apoio aos estudantes negros nas Instituições de Ensino Superior. Cf. REZENDE, Maria Alice; PEREIRA, Vinícius de Oliveira. O Sistema de Ensino Brasileiro, as Políticas Racializadas e as Ações Extensionistas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEAB UERJ). *Revista da ABPN*, v.7, n. 15, nov., 2014 – fev., 2015.

2. Programa AFROATITUDE⁴⁴

O projeto Afroatitude UEL concedeu 50 bolsas para cotistas negros de diferentes cursos que, no âmbito do NEAA, participavam de projetos de ensino, pesquisa e extensão. O projeto na UEL teve duas edições e foi desenvolvido entre os anos de 2005 e 2007.

3. Programa Universidade Sem-Fronteiras⁴⁵

- LEAFRO I – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros: diálogos para o reconhecimento e a valorização da História e Cultura Afro-Brasileira no Paraná (Jacarezinho e Londrina) – 2009-2010. Elaborado por Maria Nilza da Silva em 2009. Convênio SETI/UEL e UEL/PROEX 01434. Participaram 9 docentes, 20 estudantes e 2 recém-formados.
- LEAFRO II – Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Africanos. Coordenado por Maria Nilza da Silva de 2012 a 2018 – UEL/PROEX 01703. Participaram 9 docentes, 49 estudantes de graduação⁴⁶, 3 estudantes de pós-graduação e 3 colaboradores externos.
- LEAFRO III – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros: diálogos para o reconhecimento e valorização da memória e da identidade da população negra no Paraná. Coordenado por Maria Nilza da Silva de 2017 a 2018.

⁴⁴ O Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil AfroAtitude) foi uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde, e as universidades públicas que possuíam Programa de Ação Afirmativa para negros e que adotavam o regime de cotas para acesso ao Ensino Superior. O objetivo foi fortalecer a resposta setorial de combate à epidemia e das práticas para a implementação de Ações Afirmativas inclusivas, sustentáveis e permanentes, por meio do apoio a ações diversas nos âmbitos acadêmico e assistencial, destinadas a estudantes universitários negros e cotistas. Na UEL, o Programa teve dois anos de durabilidade e atendeu 50 estudantes que receberam uma bolsa, cujo valor correspondia àquele das bolsas de iniciação científica das instituições de fomento. Cada bolsista estava vinculado a um orientador e a projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

⁴⁵ As ações do Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras” – USF/SETI visam o desenvolvimento da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, da capacitação e da produção tecnológica, cultural e desenvolvimento social voltadas para a inovação e a melhoria da qualidade de vida da população paranaense. <http://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Universidade-Sem-Fronteiras>. Acesso em 27 de novembro de 2019.

⁴⁶ Nesse período, os estudantes do PROPE participaram conjuntamente das atividades do LEAFRO. O PROPE esteve sob a coordenação de Maria Nilza da Silva entre 2014 e outubro de 2017.

ÓRGÃOS PÚBLICOS – RES. 070/2012 – UEL/PROEX 02158. Participaram 6 estudantes de graduação, 2 recém-formados e 1 colaborador externo.

- Educação das Relações Étnico-raciais: diálogos com a educação básica. Coordenado por Marleide Rodrigues da Silva Perrude⁴⁷ – RES. 070/2012 – UEL/PROEX 02156. Participaram 4 docentes, 4 bolsistas e 1 recém-formado.
- Racismo Institucional: tecendo redes para a formação continuada. Coordenado por Marleide Rodrigues da Silva Perrude – UEL/PROEX 02312. Participaram 4 docentes, 4 bolsistas e 1 recém-formado.

4. Programa de Extensão Universitária – PROEXT

- LEAFRO IV – Inclusão e Promoção da Igualdade Racial da UEL. Coordenado por Maria Nilza da Silva de 2017 a 2019. Financiamento MEC/SISU PROEXT n. 7707.3.858.08052015. Participaram 7 docentes, 28 estudantes de graduação e 7 colaboradores externos.

5. Projetos de Pesquisa

- Território e Segregação Urbana: o lugar da população negra na cidade de Londrina. Coordenado por Maria Nilza da Silva de 2005 a 2008. Participaram 3 docentes e 15 estudantes de graduação.
- A População Negra em Londrina: memória e realidade social. Projeto financiado pelo CNPq de 2009 a 2015 – Bolsista Produtividade Maria Nilza da Silva. Participaram 2 docentes e 10 estudantes de graduação.

Além dos projetos financiados foram desenvolvidos outros projetos de pesquisa e de extensão, conforme registros nas Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão.

⁴⁷ Professora do Departamento de Educação da UEL.

Cursos de Formação Continuada e Eventos

Em sintonia com os NEABs distribuídos em diversas instituições de Ensino Superior, o NEAB da UEL tem-se solidificado como espaço de referência na promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão inscritas no campo das relações étnico-raciais e estudos afro-brasileiros. Dentre as ações desempenhadas pelo Núcleo destacam-se: a realização de pesquisas acadêmicas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; o registro da história e memória social da população negra em Londrina; o desenvolvimento e divulgação de estudos que possam servir como subsídio teórico e metodológico para pensar na criação de mecanismos de combate ao racismo e à discriminação racial; a realização de práticas de intercâmbio entre a UEL, as Secretarias Estadual e Municipal de Ensino, mediante a promoção de cursos de formação continuada para docentes da Educação Básica e Superior; o fortalecimento de equipes multidisciplinares e a realização de seminários acadêmicos interinstitucionais com o objetivo de promover debates profícuos e atuais acerca da efetivação e aperfeiçoamento das Políticas de Ação Afirmativa. A seguir alguns eventos organizados pelo NEAB e LEAFRO:



Mesa de abertura do “Encontro de Segurança Pública e Racismo Institucional”, 04/06/2013- Prédio PDE/Uel. Da esquerda para a direita: Maria Nilza da Silva (UEL), Samir Geha – Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Rubens Guimarães – Secretário Municipal de Defesa Social, Berenice Jordão – Vice-Reitora/Uel, Paulo Tavares – Promotor de Defesa dos Direitos Constitucionais, Saúde Pública e Saúde do Trabalhador, Hilberaldi Correia de Lima – Comandante da 4ª Companhia Independente da PM e Dona Vilma. Fonte: Agência UEL – 04/06/2013.



“I Seminário de Articulação das Ações Afirmativas no Estado do Paraná” – 22/10/2014. À mesa: Wagner Roberto do Amaral (UEL), André Lázaro (UERJ) e Maria Nilza da Silva (UEL). Fonte: Agência UEL.



“III Encontro de NEABS – Região Sul. Seminário: As Ações Afirmativas e as Políticas de Permanência: desafios e perspectivas – 13-14 de abril/2016. Kabengele Munanga (USP/UFRB). Fonte: Acervo LEAFRO.



“As Ações Afirmativas e as Cotas na UEL” – 18/01/2017. José Jorge de Carvalho (UNB), Coordenador do INCT de Inclusão do CNPq. Fonte: Agência UEL.



“As Ações Afirmativas e as Cotas na UEL” – 26/01/2017. Marcelo Tragtenberg (UFSC). Fonte: Agência UEL.



“Cotas, Meritocracia e Justiça Social” – 16/02/2017. Conferencista: Sávio Machado Cavalcante (UNICAMP). Fonte: Agência UEL.



“II Encontro de alunos e coordenadores das Equipes Multidisciplinares do NRE de Londrina”, 22/11/2018. À mesa: Cristiane de Freitas, Rafaela de Freitas, Marcia Cacilda Ribeiro, Maria Nilza da Silva, Thatianne Andréa da Silva, Luzia Maria de Jesus Alves e Edna Aparecida Coqueiro. Fonte: Acervo NEAB.

Parceria Internacional

No intuito de ampliar iniciativas antirracistas no educação superior, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL, juntamente com a Comissão Universidade para os Índios (CUIA) integram a Cátedra UNESCO *Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina – Red Interuniversitaria Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina* (RED ESIAL)⁴⁸, que tem como principal objetivo a construção de mecanismos de cooperação interinstitucional entre instituições de ensino superior de países da América Latina, a fim de criar estratégias de erradicação do racismo no ensino superior, valorizar a pluralidade de conhecimentos, idiomas, histórias, culturas e projetos

futuros de segmentos negros e povos indígenas. Trata-se de uma iniciativa relevante, especialmente no delineamento de ações acerca dos caminhos que se têm ainda de trilhar para o avanço e aprimoramento de Políticas Afirmativas efetivas na Educação Superior.



6to Colóquio y Taller Internacional Educación Superior e Povos Indígenas e Afrodescendientes na América Latina: As múltiplas formas do racismo e a discriminação racial. Buenos Aires, Argentina, 6-8 de novembro de 2019. Foto: UNTRF Media.

⁴⁸ Cf. Red ESIAL: <http://untref.edu.ar/sitios/ciea/red-esial/>.

A Casa Dona Vilma – Yá Mukumby

Homenagem à uma Vida de Dedicção ⁴⁹

A vida de Dona Vilma foi marcada por uma militância em favor daqueles que estão em situação de sofrimento social, seja por causa das injustiças, especialmente do racismo e da discriminação racial, seja por causa dos sofrimentos inerentes à vida humana.

Desde muito jovem, Dona Vilma viu-se envolvida em lutas e organizações reivindicativas participando dos movimentos sociais e negros, mesmo durante o período da repressão militar sob a ditadura dos anos 60 à 80 do século passado. Ela fez parte da história do Movimento Negro de Londrina, como fundadora da Associação Afro-Brasileira (AABRA) e, além disso, foi diversas vezes presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra.

Ademais, como Mãe de Santo acolheu inúmeros filhos naturais ou de Santo que encontraram, em suas palavras, o aconchego e a sabedoria. Travou uma dura luta para escapar às consequências do racismo brasileiro, que submeteu

⁴⁹ Texto apresentado ao Conselho Universitário da UEL com o propósito de homenagear Dona Vilma, atribuindo seu nome à sede do NEAB. Autoria: Maria Nilza da Silva. Outras informações sobre a trajetória de Dona Vilma, conferir: LANZA, Fábio et al. *Yá Mukumby: a vida de Vilma Santos de Oliveira*. Londrina: UEL, 2013. Cf. também: SILVA, Maria Nilza da; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). *Dona Vilma: cultura negra como expressão de luta e vida*. Londrina: UEL, 2014.



Foto: Milton Dória.

a mulher negra a uma situação de perene inferioridade. Sua postura ética direcionou-lhe a vida e as ações.

Dona Vilma, sendo mulher e negra, conviveu com as agruras do racismo, do machismo e das dificuldades próprias de quem vive num país que discrimina racialmente grande parte de sua população. Além disso, muitos também tiveram o prazer de ouvir a sua forte e preciosa voz. Quando ela cantava, seu canto ecoava no fundo da alma.

Na UEL, ela foi proponente e desenvolveu, em parceria com professores, projetos de extensão como o Pró-Ranti. Ministrou inúmeras oficinas, participou de debates, de mesas-redondas, concedeu incontáveis entrevistas, contribuindo para a produção de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e africana.

Dona Vilma, liderando o Movimento Negro de Londrina, foi uma das personalidades mais importantes na luta pela adoção das Políticas de Ação Afirmativa na UEL. Incansavelmente, antes da aprovação das cotas, ela participou de debates em todos os setores da sociedade londrinense.

Segundo Zulu Araújo, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura, Dona Vilma era uma liderança de expressão nacional por conseguir perceber, como ninguém, a dimensão cultural inerente à sua ação como líder religiosa. Por isso, recebeu da Fundação Cultural Palmares o título de Mestre *Griot*, como personagem que tem o compromisso de transmitir os ensinamentos sobre o seu povo através das gerações. Ela também recebeu o prêmio Zumbi dos Palmares da Câmara de Vereadores de Londrina, em 2002.

Dona Vilma teve sua vida brutalmente ceifada, juntamente com as de sua mãe e neta em 03 de agosto de 2013. Londrina perdeu uma grande liderança, uma personalidade ímpar que, apesar da ausência física, está na memória da cidade.

A Memória em Destaque

A rapidez da evolução urbana das novas cidades, como Londrina, exige que se pense na preservação da memória numa perspectiva que leve em conta essa dinamicidade, sob pena de perdermos referências importantes para a história das cidades. As casas de madeira, que predominaram no início da formação de Londrina, se encontram em um inevitável processo de desaparecimento. Assim, preservar alguns exemplares se mostra como uma importante iniciativa em favor da preservação da memória local.

Foi nesse sentido que a UEL construiu uma réplica da primeira Igreja Matriz de Londrina, datada de 1934, e transferiu para perto dela uma típica edificação familiar de madeira da década de 1940, que pertenceu à família Gomes, atualmente denominada Casa do Pioneiro, onde funciona o Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC), dedicado aos estudos e ações voltados à preservação da memória.

Duas casas de madeira foram doadas à UEL em 2007, ambas eram localizadas na Rua Anita Garibaldi, na Vila Agari. Uma pertenceu à família Kitahara e outra à Masato Hirazawa. A primeira, edificada na década de 1930, foi construída para ser a sede de uma chácara e teve como primeiro proprietário o “Conde Agari”, um loteador que deixou Londrina em 1951, após vender a residência para os Kitahara. A segunda, pertencente à família Hirazawa, data das décadas de 1950 / 1960⁵⁰.

A casa da família Hirazawa foi reconstruída em 2012, tem 78 m² e abriga o Laboratório de Paisagem do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL, coordenado por Humberto Yamaki⁵¹. A casa da Família Kitahara, hoje *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, foi reconstruída em 2018 para abrigar o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL. Além da historicidade e valor simbólico dessa residência, a reconstrução tem o caráter didático de recuperar técnicas construtivas que estão se perdendo e, ao mesmo tempo, valorizar o significado que esse tipo de construção teve para Londrina e região, visto que

⁵⁰ Cf. Agência UEL de Notícias. *UEL recebe doação de casas de madeira*. Londrina, 5 de Setembro de 2007. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=3231&FWS_Cod_Categoria=2.

⁵¹ Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEL.

foram predominantes essa tipologia construtiva e a utilização desse material entre as décadas de 1940 e 1960, conforme relata Antonio Carlos Zani, autor da obra *Arquitetura em Madeira*⁵² e arquiteto responsável pela remontagem da edificação.



Famílias pioneiras doam casas de madeira para serem reconstruídas no Campus. Da esquerda para a direita: Masato Hirazawa, Roberto Hirazawa, Koki Kitahara, Wilmar Marçal (de costas). Fonte: Agência UEL, 05/09/2007.



Casa da família Hirazawa reconstruída no Campus Universitário da UEL, em 2012. Foto: Humberto Yamaki.



Casa da família Kitahara instalada na Vila Agari. Foto: Acervo de Humberto Yamaki.

⁵² Cf. ZANI, Antonio Carlos. *Arquitetura em Madeira*. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/arquitetura%20em%20madeira_digital.pdf. Acesso em 15, out., 2019.

Uma Casa e Duas Famílias: Agari e Kitahara



Shinguichi Agari.
Foto: Acervo da família Kitahara.

A casa de Peroba Rosa, que hoje comporta o NEAB – UEL, foi originalmente construída no início da década de 1930, na Rua Anita Garibaldi, Jardim Agari, em Londrina. A residência, doada à UEL em 2007, teve como primeiro proprietário o pioneiro Shinguichi Agari, também conhecido como Paulo Agari, nascido na província de Yamaguchi, no Japão, em 20 de março de 1886. Agari deixou para trás o curso de Engenharia Naval que estava realizando e migrou para o Brasil, onde passou a trabalhar em uma usina de açúcar, em São Paulo, cidade na qual aprendeu o português. Em 1925 se casou com Hordália Santos Agari, com quem teve três filhas⁵³.

Agari se mudou para Londrina em 1932, isto é, antes mesmo da fundação da cidade (1934), para trabalhar na demarcação e venda de lotes da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa privada de colonização subsidiária da companhia inglesa *Paraná Plantation Ltd*, principal responsável pelo novo povoamento da cidade⁵⁴. A casa da Família Agari era a sede de uma chácara na qual o pioneiro cultivava frutas, verduras, árvores raras e flores como dalias, lírios e principalmente rosas, estas as mais vendidas pela família⁵⁵.

No período de expansão urbana de Londrina houve diversas intervenções do poder público no sentido de desapropriar propriedades privadas com vistas ao desenvolvimento da cidade. Agari, descontente com a expropriação de parte da sua chácara para a construção da Avenida Higienópolis, umas das principais de Londrina, e pelas investidas que visavam transformar a outra parte em um parque anexo a uma escola, acabou por vendê-la.

⁵³ Cf. OGAWA, Vitor. 'Casa das Rosas' será reconstruída na UEL. *Folha de Londrina* – O Jornal do Paraná. Londrina, 21 de março de 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/casa-das-rosas-sera-reconstruida-na-uel-1002931.html>. Acesso em 15, out., 2019.

⁵⁴ A região norte do Paraná era habitada por povos indígenas. Cf.: TOMMASINO, Kimiye (1995); TOMAZI, Nelson (2000).

⁵⁵ Cf. Ogawa (2019).

Agari foi responsável pelo loteamento da Vila Agari (1937) e do Parque Agari (1939) em Londrina, assim como de terrenos em Maringá, Apucarana, Marialva, Paranaguá e nas praias de Pontal do Paraná. Ele deixou Londrina em 1951, quando decidiu retornar a São Paulo. Agari faleceu na década de 70 e sua esposa, Hordália, na década de 90⁵⁶.

A casa de madeira de Shinquichi Agari foi vendida à família Kitahara no início da década de 1950 e a ela pertenceu até 2007, data em que a casa foi doada para a Universidade Estadual de Londrina.

A família Kitahara, hoje proprietária do Hospital Otocentro em Londrina, ao tomar conhecimento do projeto de reconstrução colocou-se à disposição para fornecer informações, sobretudo narrativas em relação a história da Casa.



Casa da família Kitahara, 1957. Da esquerda para a direita (em pé): Tieko Kitahara Matoba, Tizuko Kitahara Tan, Koki Kitahara, Seiki Kitahara. Sentados: Yoshie Kitahara, Shigeharu Kitahara. Foto: Acervo da família Kitahara.



Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva, Masato Hirazawa, Maria Kazuko Hirazawa, Koki Kitahara. Foto: Acervo NEAB.

⁵⁶ Cf. Ogawa (2019).

O Projeto de Reconstrução

O projeto de reconstrução da casa foi confeccionado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo do CTU-Uel (OCAS), sob a coordenação do professor Antônio Carlos Zani. O OCAS se constitui num projeto de extensão que tem por finalidade o desenvolvimento de projetos participativos com integração da academia com a comunidade e a contribuição para uma formação discente consciente de sua função social. Sob a orientação dos professores Antonio Carlos Zani e Rovenir Duarte, os estudantes de arquitetura confeccionaram o projeto arquitetônico da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*.

O professor Antônio Carlos Zani é um dos maiores especialistas em arquitetura em madeira do país, com inúmeras pesquisas e relevantes publicações nessa área de conhecimento. Foi também o responsável por importantes iniciativas nessa área: a construção em madeira da réplica da Catedral de Londrina existente no *Campus* da UEL, da Casa do Pioneiro (sede do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina – IPAC) também localizada no *Campus* da UEL, a transferência da casa de madeira do Bar Valentino para sua localização atual, na Rua Prefeito Faria Lima nº 486. Zani coordenou todas as atividades de montagem da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, em área anexa ao Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH, desde a elaboração do Projeto, passando pela reconstrução e terminando pela pintura e reconstituição de vários detalhes arquitetônicos que dão relevância a esse imóvel, a exemplo do formato do telhado, que se inspira na cultura japonesa; do formato original do forro do telhado, com detalhes que permitem uma melhor ventilação, e da reconstituição da escada de acesso, revestida de cacos de cerâmica.

As constantes transformações deflagradas no espaço urbano acarretaram a supressão da arquitetura em madeira que caracterizou os perímetros rurais e urbanos do Norte do Paraná entre os anos de 1940 e 1960⁵⁷ – devido à grande disponibilidade de madeira e mão de obra na região naquele contexto – hoje cada vez mais rara. Assim, reconhecer, preservar e recuperar o repertório arquitetônico que marcou a formação de Londrina é uma forma de valorizar a memória da cidade e de suas técnicas construtivas.

⁵⁷ Cf. ZANI, Antonio Carlos. *Arquitetura em Madeira*. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/arquitetura%20em%20madeira_digital.pdf. Acesso em 15, out., 2019.

A Desmontagem da Casa – Vila Agari

Em 2008, Humberto Yamaki foi o responsável por realizar o levantamento arquitetônico da casa, a desmontagem, a numeração das peças e o transporte até a Universidade.



Vista aérea. Fotos: Acervo de Humberto Yamaki.



Fachada.



Tesouras.



Detalhe do alicerce.

Armazenagem na UEL em 2008 e a doação ao NEAB em 2018



A casa como foi recebida na UEL em 2008. Foto: Acervo de Humberto Yamaki.



Após uma década... em 2018. Foto: Acervo de Antonio Carlos Zani.

A Doação ao NEAB

Em 2013, o Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU) demandou a desocupação da sala ocupada pelo NEAB, pois necessitava do espaço para atender às exigências de acessibilidade. Posteriormente, o Centro disponibilizou para o Núcleo a casa de madeira que havia sido doada pela família Kitahara, contudo, devido ao longo período em que a casa ficou armazenada na UEL, isto é, durante mais de uma década, grande parte da madeira foi perdida ou danificada, sendo necessária a substituição de várias peças. O material, tal como cedido para a construção da sede do NEAB, em grande parte restos de madeira degradada, inicialmente fez soar como utópica a concretização do projeto de reconstrução. Todavia, é intrínseca à trajetória do povo negro, até por estratégia de sobrevivência, a capacidade inventiva de reestabelecer as sobras e ressignificá-las, sobretudo no que se refere aos seus espaços de vida, congregação, resistência e sociabilidade.



Armazenamento na UEL, 2018. Fotos: Acervo NEAB.



A Luta pelo NEAB: para além das fronteiras da Universidade

Diante da precária situação das instalações provisórias do NEAB, sem local fixo há doze anos e, após nove mudanças, tornou-se urgente a necessidade da resolução do problema. Nesse sentido, vários parceiros se mobilizaram para apoiar o Núcleo, como o Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, do Ministério Público, composto por vários representantes de instituições da sociedade civil e dos governos municipal e estadual; também foram mobilizadas instituições como a Gestão Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GPPIR), o Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial (CMPPIR) e o Movimento Negro.

Para discutir a situação do NEAB, os parceiros solicitaram uma reunião com a Reitoria da UEL, que ocorreu em 1º de agosto de 2016, na Sala dos Conselhos, na qual foi enfatizada a importância da atuação do Núcleo para as Ações Afirmativas, a formação continuada de professores da rede básica, as atividades de pesquisa, ensino e extensão e, sobretudo, para as ações de combate ao racismo. A partir desse momento, vários membros da sociedade londrinense se engajaram para auxiliar na reconstrução da casa doada ao NEAB da UEL.

Cabe destacar que vários NEAB's e congêneres, no decorrer de 2016, manifestaram-se em prol do NEAB da UEL enviando correspondência à Reitoria da Universidade, incluindo a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial (CONSEPIR). A UEL é nacionalmente reconhecida como uma instituição de vanguarda no processo de implantação e aperfeiçoamento das Ações Afirmativas. Nesse sentido, há o reconhecimento da importância do NEAB da UEL para as políticas de inclusão da população negra.



Sebastião Ramos Santos Neto – Delegado Chefe da Polícia Civil em Londrina, Paulo César Vieira Tavares – Promotor de Justiça, Berenice Quinzani Jordão – Reitora, Leandro Altimari – Pró-Reitor de RH, Milena Kanashiro – Diretora de Apoio à Ação Pedagógica, Gilberto Hildebrando – Pró-Reitor de Extensão. Fotos: Acervo NEAB.



Da esquerda para a direita: Tito Vale – Advogado, Maria Nilza da Silva, Marleide Perrude, Margarida Cassia Campos, estudante e Rosivaldo Pellegrini.



Tito Vale, Maria Nilza da Silva, Marleide Perrude e Margarida Cássia Campos.



Maria Nilza da Silva, Marleide Perrude e José Mendes (ao fundo) – Movimento Negro.



A frente, da esquerda para a direita: Poliana Santos, Edmundo Silva Novaes – Movimento Negro e estudantes.



A frente, da esquerda para a direita: Sidnei (Bola) Santos da Silva – Movimento Negro, Claudia Ikandayô (CMPPIR) e Marcia Cacilda Ribeiro (NRE) e Juliana Barbosa – Professora.



A frente: Elza Correia – Vereadora e Letícia Carniel Perdigão Maia, sua Assessora. Em seguida, Sandra Rocha (GPPIR).



A frente: Maria José Barbosa, ex-secretária Especial da Mulher de Londrina, Sidnei (Bola) Santos da Silva – Movimento Negro, Claudia Ikandayô (CMPPIR).



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ

MOÇÃO DE APOIO AO NEAB

O CONSEPIR reconhece a imensa contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Londrina para a política de inclusão social de populações historicamente excluídas. É notório a contribuição do NEAB/UEL para o desenvolvimento de ações de formação continuada para o cumprimento das Leis 10639/03, 11645/08 e 12.288/10.

Reconhecemos a trajetória vanguardista da Universidade Estadual de Londrina ao ser uma das primeiras Instituições de Ensino Superior do país a implantar as Ações Afirmativas, garantindo que estudantes oriundos de instituição pública e os negros fossem inseridos na UEL desde 2005. Essa preciosa contribuição fortalece o combate ao racismo institucional e contribui para toda a população, pois uma sociedade sem racismo não favorece somente os negros, mas fortalece toda sociedade.

Reafirmamos ser de fundamental importância o fortalecimento do NEAB/UEL que há mais de 31 anos tem primado pelas ações voltadas ao compromisso de combate ao racismo, de educação para as relações étnico-raciais e sobre os conteúdos referentes às populações afro-brasileira e africana, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, leis 10639/03 e 11645/08. É importante assegurar o espaço físico, material, pessoal e orçamentária para que o NEAB/UEL possa continuar a desenvolver as ações tão caras para a sociedade e ao combate ao racismo.

Diante do exposto manifestamos à reitoria da UEL o apoio a essa importante estrutura e demandamos que assegure o espaço institucional que o NEAB merece.

Ao mesmo tempo o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial do Paraná expressa também seu apoio às políticas de inclusão implementadas pela Universidade Estadual de Londrina, notadamente a reserva de vagas para os estudantes de instituições públicas e para negros, pugnando para sua ampliação no que concerne, além do acesso, à implantação de políticas públicas efetivas de permanência e conclusão com aproveitamento.

Edna Coqueiro
Presidente do CONSEPIR/PR

Foram muitas as moções de apoio em defesa do NEAB enviadas à Reitoria, em nível local, estadual e nacional. Além das manifestações de instituições, alguns meios de comunicação da cidade divulgaram a situação pela qual passava o NEAB da UEL, como no programa comandado pelo jornalista Diego Prazeres e Rodrigo Della Roveri, na Rádio Alvorada.



Entrevista sobre a sede do NEAB, em agosto de 2016.

Os antigos locais de funcionamento do NEAB: o CTU e o CLCH



Marleide Perrude e Maria Nilza da Silva com bolsistas e colaboradores do NEAB e LEAFRO, 2015. Sala 101 do CTU. Fotos: Acervo NEAB.



Maria Nilza da Silva com bolsistas e colaboradores do NEAB e LEAFRO, 2015. Sala 101 do CTU.



Maria Nilza da Silva e os bolsistas do NEAB e LEAFRO, 2016. Sala 125, CLCH/UEL.



Marleide Perrude (sentada), com os bolsistas e colaboradores do NEAB e LEAFRO, 2017. Sala 125, CLCH/UEL.

O local para a reconstrução

Com o estudo e apoio do Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Físico (DPDF-PROPLAN-UEL), Gilson Bergoc, começou-se a pensar onde seria reconstruída a Casa. Durante a busca, foi elaborado um processo com o pedido para que fosse cedido um espaço no Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) para a construção da sede do NEAB. Pretendia-se que a nova reconstrução ficasse próxima às demais construções em madeira, a Casa do Pioneiro e a réplica da primeira Catedral de Londrina. Com o apoio do professor Ronaldo Baltar, diretor do CLCH, que acompanhava a saga do NEAB e suas constantes mudanças de local, o Conselho do Centro deferiu a solicitação do NEAB para que sua sede fosse construída no CLCH, próxima ao Calçadão.



Em sentido horário: Sebastião Ramos dos Santos Neto, Ronaldo Baltar (CLCH), Gilson Bergoc (PROPLAN), Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva, Jamile Baptista (NEAB). 26/06/2017. Fotos: Acervo NEAB.



Da esquerda para a direita: Jairo Queiroz Pacheco (NEAB), Gilson Bergoc (PROPLAN), Ronaldo Baltar (CLCH), Ademir Cantarelli, 26/06/2017.

As perfurações

Com o imprescindível apoio do Dr. Sebastião Ramos dos Santos Neto, em novembro de 2016 foram realizadas as primeiras iniciativas para a fundação da casa. Naquele momento não havia a certeza de que a obra teria continuidade por causa da ausência de recursos financeiros. Entretanto, pensou-se em dar os primeiros passos com a fundação, pois dessa forma a reconstrução teria que continuar. Contudo, a continuidade dos trabalhos somente foi possível em janeiro de 2018, pois, durante o ano de 2017, foram realizadas ações para a liberação da Peroba Rosa em toras guardadas na Fazenda Escola, realizadas as campanhas *on line*, as festas e a venda das rifas, além das doações espontâneas com depósito na conta corrente administrada pela Associação Amigos do Museu da UEL (ASAM).



Fotos: Acervo NEAB, 2016.



As fundações e o preenchimento das colunas



Fotos: Acervo NEAB, 16 de dezembro de 2016.





Fotos: Acervo NEAB, 16 de dezembro de 2016.



Membros do LEAFRO visitam o início da obra, Maria Nilza da Silva, Mariana Panta, Nikolas Pallisser, Alex Eleotério Souza e Marleide Perrude. Foto: Acervo NEAB.

A maquete da obra



Carlos Alberto Duarte (Carlinhos) elabora a maquete sob a supervisão de Antonio Carlos Zani, 23/05/2017. Foto: Maria Nilza da Silva.



Frete da casa. Foto: Antonio Carlos Zani.



Estudante Hugo Silvério Keilhold Silva, colaborador externo do projeto OCAS. Foto: Antonio Carlos Zani.



Parte de trás da casa. Foto: Antonio Carlos Zani.

A Mobilização pelo NEAB

As reuniões

Foram necessárias inúmeras reuniões, em diferentes espaços e momentos, com vistas a viabilizar a construção da sede do NEAB. A reconstrução só foi possível por causa do real interesse de alguns em concretizar a constituição de um lugar onde o negro pudesse expressar sua sociabilidade. A *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby* foi pensada também nesse sentido.



Rovenir Bertola Duarte (OCAS), Ronaldo Baltar (CLCH), Antônio Carlos Zani, Jorge Marão – Diretor do CTU, Jairo Queiroz Pacheco (NEAB), Maria Nilza da Silva (NEAB). CTU, 01/08/2016. Foto: Acervo NEAB.



Ademir Cantarelli e Zani. Foto: Acervo NEAB.



Jamile Baptista, Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva, Dirceu Oliveira de Pontes, Silene Sayão, Robson Roberto do Nascimento – Chefe de Divisão/PCU, Sebastião Ramos dos Santos Neto. Foto: Acervo NEAB.

Ministério Público: GT de Combate ao Racismo

O tema da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumbi* foi objeto de várias reuniões do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo realizadas tanto na sede do Ministério Público de Londrina, quanto na UEL, durante o processo de reconstrução e após a inauguração da Casa.



Reunião do GT sobre o processo de desembaraço para utilização da Peroba Rosa, com a presença da Promotora do Meio Ambiente Solange Vicentin, 27/06/2017. Foto: Acervo NEAB.



Reunião na UEL, GT de Combate ao Racismo, 27/11/2018. Foto: Acervo NEAB.



Reunião no Ministério Público, GT de Combate ao Racismo, 26/06/2017. Foto: Acervo NEAB.



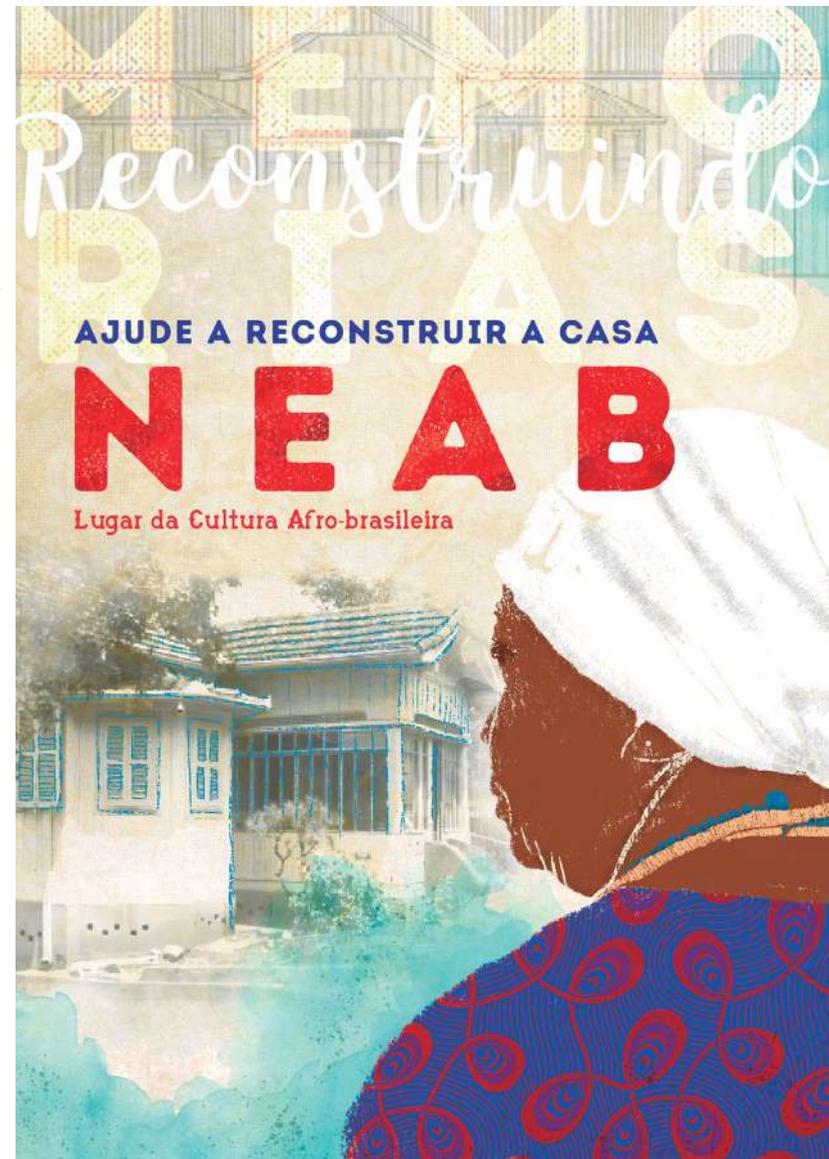
Na reunião do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, do Ministério Público, realizada em 10/05/2018, Prof. Anísio Ribas Bueno Neto (*in memoriam*) fala sobre a importância da Casa para preservação da memória e destaca a parceira ASAM/NEAB no gerenciamento dos recursos. Foto: COM/UEL.



As campanhas e os eventos

Diante das imensas dificuldades financeiras, foram realizadas campanhas para a reconstrução da Casa. Foram muitos os apoiadores que participaram ativamente das iniciativas. As ações foram frutos de sugestões dos membros do NEAB e também de outros apoiadores. Destaca-se a primeira campanha *on line* “Ajude a reconstruir a casa NEAB – lugar da Cultura Afro-Brasileira”, que contou com o apoio da Rádio UEL, notadamente, do diretor Osmani Costa, da jornalista Patrícia Zanin e dos demais membros da equipe que orientaram e divulgaram tanto a primeira campanha, como as demais ações com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de material e pagamento de alguns serviços necessários à reconstrução.

A expectativa da campanha *on line* era arrecadar em torno de 30 mil reais; contudo, foram arrecadados apenas R\$ 3.211,00 com saldo líquido de R\$ 2.649,08. A administração do recurso ficou a cargo da ASAM. Os prêmios oferecidos resultaram de doações, como a Xilogravura, de Raphael Menten, placas e chaveiros confeccionados em madeira Peroba Rosa reciclada.



Site da primeira campanha: <https://www.kickante.com.br/campanhas/ajude-construir-casa-do-neab-da-uel-0>

Os brindes da campanha

Havia necessidade de iniciar a campanha “Ajude a reconstruir a Casa do NEAB na UEL” para arrecadar fundos para a reconstrução, contudo, a campanha *on line* geralmente oferece brindes aos doadores. Mas, com falta de recursos não havia possibilidade de aquisição dos brindes, por isso foram usados pequenos pedaços de madeira Peroba Rosa, da antiga casa, que haviam sido descartados para confeccionar os prêmios. Os servidores da marcenaria, com destaque para o Sr. Jair de Oliveira, cuidadosamente lixaram, trabalharam e transformaram as lascas em placas que serviram como brindes.

Raphael Menten, neto do reconhecido artista Paulo Menten, confeccionou quadros de xilogravura para servirem como brindes e, posteriormente, fez a belíssima placa que nomina a *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*.



Xilogravura. Artista Raphael Menten.



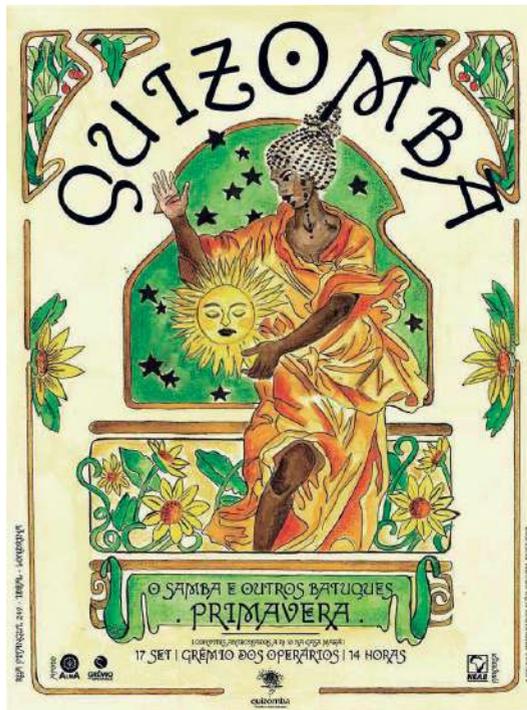
Madeira da antiga casa serve de base para os brindes. Fotos: Acervo NEAB.



Placas confeccionadas pela Marcenaria e pela Gráfica da UEL. Fotos: Acervo NEAB.

Os cartazes da campanha

Em prol da campanha da reconstrução dos espaços do Quizomba, do Cemitério dos Automóveis e do Bar Valentino, foram cedidos por Coletivo Quizomba, Chris Viana e Waldomiro Chammé, respectivamente, para a realização de apresentações com a renda convertida para a casa do NEAB. Nesses shows, todos os artistas apresentaram-se gratuitamente.



Quizomba: parceria e colaboração

O *Quizomba: samba e outros batuques* teve origem em um projeto de extensão do Departamento de Arte Visual e Casa de Cultura da UEL. Segundo Kennedy Piau Ferreira⁵⁸, Dona Vilma foi a pessoa que abraçou a ideia do projeto de imediato. Ela abençoou a iniciativa e foi a primeira artista a se apresentar com samba de roda.

O Quizomba de Primavera, realizado em 17 de setembro de 2017, teve como objetivo contribuir para a construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*. O evento coordenado pelo Coletivo Quizomba e equipe apoiou e divulgou a campanha pela construção da Casa.



Reunião de planejamento do Quizomba. Em sentido horário: Sebastião Ramos dos Santos Neto, Pe. José Cristiano Bento dos Santos, Adevanir Pinheiro (UNISINOS), Luiza Braga – Quizomba, Débora Castelo Branco – Quizomba, Maria Nilza da Silva. Foto: Acervo NEAB.



Foto: Coletivo Quizomba – Jaqueline Vieira e Luiza Braga, setembro de 2017



Ao centro Prof. Kennedy Piau (Coletivo Quizomba) e ao lado direito Marina Lima, artista e doadora de um dos quadros que serviram de prêmios para a rifa. Foto: Acervo NEAB.

⁵⁸ Professor do Departamento de Artes Visuais, do Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da UEL.

Roda de Samba no Cemitério de Automóveis

Foi realizada em 23 de setembro de 2017, a Roda de Samba com a participação da cantora Angela Maria juntamente com Wagner Nogueira e Braguinha com a Banda Sambaguidum. O evento foi o resultado de uma parceria com a Vila Cultural Cemitério de Automóveis – espaço aberto à comunidade que contribui com a difusão da literatura, teatro, artes visuais entre outras expressões culturais –, sob a coordenação de Chris Vianna. Cabe destacar que Joaquim Braga é militante do Movimento Negro e esteve presente em diferentes e importantes momentos para a população negra na UEL.



Angela Maria e Wagner Nogueira. Fotos: Acervo NEAB.



Braguinha e Banda Sambaguidum.

MukumbyCália – Bar Valentino



Braga e Pellegrinis no Samba. Fotos: Acervo NEAB.

Com a organização da equipe do NEAB e participação da Profa. Patrícia de Castro Santos, em 26 de outubro de 2017 foi realizada a festa MukumbyCália, no Bar Valentino, propriedade de Waldomiro Chammé. Apresentaram-se as bandas Regra 3, comandada por Tinho Lemos, Pellegrinis no Samba, tendo a frente Bernardo Pellegrini, Hermano Elétrix e o DJ Gustavo Paiva, coordenador do baile do LP.



Pellegrinis no Samba.



Dj Gustavo Paiva – Baile do LP.



Banda Regra 3.

As rifas

Embora houvesse a mobilização e a vontade de todos em tornar viável o projeto de reconstrução da Casa, os desafios foram imensos. Surgiu, então, das inúmeras reuniões, a ideia de fazer uma rifa para que fosse acessível a um maior número de pessoas que desejassem contribuir. Surpreendentemente foram vendidas 1.695 rifas e as maiores vendedoras foram as professoras Angela Maria Sousa Lima, 620 rifas, e Margarida Cássia Campos, 550 rifas, com reconhecimento público durante o MukumbyCália, no Valentino.



Tela: LIMA, Claudia Maria de Sousa de. Releitura da obra "Soul's Awakening", do pintor Keith Mallett. Técnica: acrílico sobre a tela. Medida: 60 cm X 80 cm. Tradução: Alma Despertando. 2017. Produzida especialmente para a construção da casa do NEAB - UEL. Fotos: Acervo NEAB.



Sob a animada locução de Juarez Barbosa, as professoras Angela Maria de Sousa Lima e Margarida Cássia Campos, campeãs na venda das rifas, são homenageadas durante o MucumbyCália.

**AJUDE A CONSTRUIR
A CASA DO NEAB DA UEL!**

ESTAMOS VENDENDO RIFAS PARA AJUDAR NA CONSTRUÇÃO DA CASA DO NEAB. SERÁ SORTEADO UM QUADRO, RELEITURA DA OBRA "SOULS AWAKENING" DO PINTOR KEITH MALLET AUTORIA DA ARTISTA CLÁUDIA LIMA.



PASSE NO NEAB E
COMPRE SEU NÚMERO!
SALA 125 (LCH)

R\$2,00
CADA NÚMERO

CONTATO:
(43) 3371-4599



A direita, Marina Lima, Artista - Doadora do quadro sorteado durante a festa Quizomba.

Evento na PUC

Os Professores Alberto Paulo Neto e João Juliani, da PUCPR, membros do GT de Combate ao Racismo, contribuíram com a campanha do NEAB através do evento *I Consciência Negra na PUCPR: Cultura, Religiosidade e Luta por reconhecimento*, realizado no dia 06 de novembro de 2017.



Thaiza Carvalho, Sebastião Ramos dos Santos Neto, José Cristiano Bento dos Santos, José Aderlan Nascimento. Fotos: Acervo NEAB.



Alberto Paulo Neto, Teresa Mendes, Maria Nilza da Silva, Sebastião Ramos dos Santos Neto, Aderlan Brandão, Jonathan Reis. À frente: Lindberg Nascimento Junior, Michael Leonel.

A Parceria NEAB e ASAM

Para o gerenciamento financeiro dos recursos, obtidos mediante as campanhas e as doações espontâneas, foi estabelecida uma parceria entre o NEAB e a Associação de Amigos do Museu (ASAM), sob a gestão do professor Anísio Ribas Bueno Neto (*in memorian*) e da Legis Assessoria Contábil Ltda. A parceria expressava tanto o reconhecimento da relevância da iniciativa de reconstrução de um importante exemplar da arquitetura em madeira, que caracterizou a formação da cidade de Londrina; quanto o reconhecimento da importância de preservar a memória da contribuição dos negros na constituição da sociedade londrinense.



Reunião realizada no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss em 10/07/2017. Maria Nilza da Silva, Jairo Queiroz Pacheco e Anísio Ribas Bueno Neto (*in memorian*). Foto: Acervo NEAB.

As ações em prol da reconstrução resultaram em pouco mais de 27 mil reais. “Foram realizadas campanhas e eventos para arrecadação para a nova sede no valor de R\$ 11 mil. A família Kitahara, além da casa, fez doação de R\$ 6.600, o CLCH doou R\$ 4.900, outros R\$ 4.100 foram repassados pela reitoria da UEL, além de R\$ 1.000 doados pelo Sindicato dos Jornalistas do Norte do Paraná. A Prefeitura do Campus Universitário (PCU) ficou responsável pelo fornecimento das tintas e demais materiais, além da construção da escada e rampa de acesso”⁵⁹. Cabe destacar que, entre outros doadores, o Sindicato dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL (ASSUEL) doou parte do material hidráulico para banheiro e cozinha.

⁵⁹ Agência UEL de Notícias. *Homenagens marcam entrega da nova sede do NEAB*. Londrina, 27 de julho de 2017. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=26717.



A Peroba Rosa



A Peroba símbolo da UEL.
Foto: Agência UEL, 22/11/2011.

O logotipo da UEL é configurado por uma árvore de Peroba Rosa estilizada. A Peroba foi adotada como símbolo da Instituição por remeter tanto às origens de Londrina, quanto por ser a espécie de árvore nativa que ainda existia no terreno onde se instalou o *Campus* Universitário. No terreno existira antes uma fazenda de café na qual as Perobas foram preservadas no processo de desmatamento. Assim, o local de instalação do *Campus* Universitário era popularmente conhecido como “Perobal”.

Em respeito a esse significado simbólico e por tratar-se de uma espécie que deve ser preservada por imperativo legal, as Perobas existentes recebem os cuidados de preservação cabíveis, além de haver centenas de exemplares que foram plantados por iniciativa da própria Instituição.

No momento de realização da montagem da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, havia a necessidade de repor várias peças, principalmente tábuas, que se haviam deteriorado com o tempo ou se perderam durante os anos passados desde a desmontagem do imóvel. Por outro lado, havia algumas grandes toras de Peroba

armazenadas pela UEL, oriundas de corte autorizado por apresentarem risco de queda iminente ou originadas de quedas provocadas por raio ou vento. Mas sua utilização dependia de autorização específica, a ser obtida junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Essa autorização já havia sido tentada pela Prefeitura do *Campus* Universitário (PCU-UEL) em três oportunidades, sem êxito, devido à complexidade burocrática ou por não se conseguir uma serraria com capacidade para processar toras de grande tamanho.

Diante da necessidade de substituição das peças faltantes para a reconstrução da casa de madeira e da falta de recursos para adquiri-las, o NEAB se dispôs a realizar novamente o processo de desembaraço burocrático com vistas à utilização da Peroba existente na UEL. Durante aproximadamente sete meses a equipe trabalhou junto à PCU-UEL e às unidades do IAP e do IBAMA de Londrina, conseguindo a autorização para uso, transporte e beneficiamento das toras de Peroba da UEL.

Obtidas as autorizações, cabia ainda encontrar uma serraria que tivesse capacidade para processar toras de grande porte. Constatou-se que não existia empresa com essa capacidade em Londrina. A solução foi viabilizada por uma parceria da UEL com a Serraria Sangoes, localizada em Tamarana, de propriedade de Ineiva Moretão Lima. Essa parceria, encabeçada pelo Dr. Sebastião Ramos dos Santos Neto foi imprescindível para possibilitar a montagem da casa. A Serraria Sangoes desdobrou toras transformando-as em madeira. Cabe o registro do agradecimento e reconhecimento da generosidade de Ineiva, que efetuou gratuitamente o desdobro de todas as peças.

A madeira armazenada na Fazenda Escola



Fotos: Acervo NEAB.



Ademir Cantarelli, Jamile Baptista e Antonio Carlos Zani.



Maria Nilza da Silva, Jamile Baptista, Oigres Leici Cordeiro de Macedo e Antonio Carlos Zani.

O transporte para a Serraria Sangoes – 27 de julho de 2017



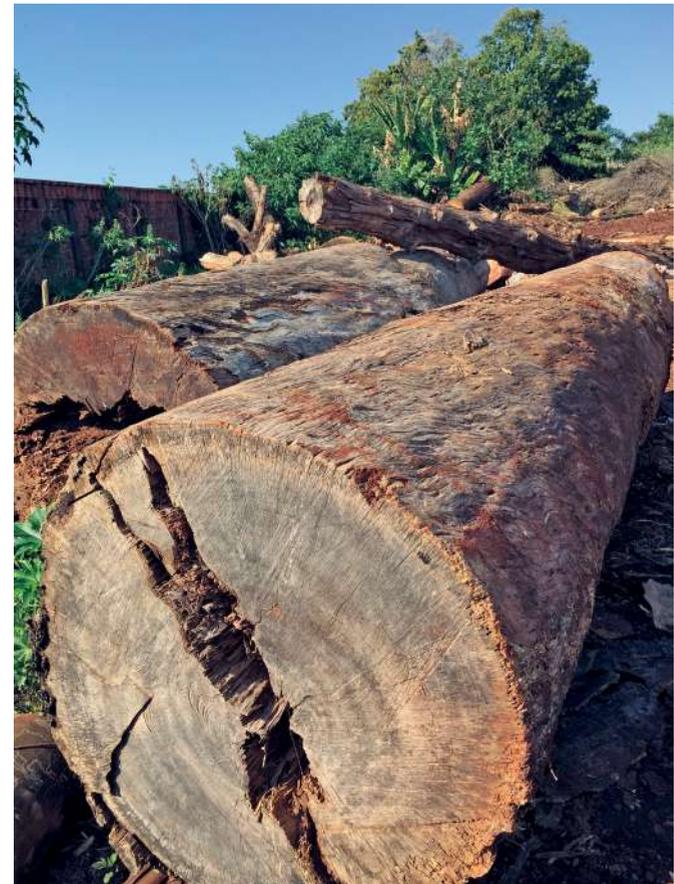
Fotos: Jamile Baptista.



Na Serraria Sangoes



Ineiva Moretão – Serraria Sangoes, Maria Nilza da Silva, Dirce Meneguelli de Sá e Jamile Baptista – (NEAB). Fotos: Acervo NEAB.



O beneficiamento da madeira – 31 de julho de 2017



Serraria Sangoes, Tamarana. Fotos: Antonio Carlos Zani.



A madeira na UEL – 03 de agosto de 2017



Foto: Maria Nilza da Silva.



Foto: Jamile Baptista.



Foto: Jamile Baptista.



Jairo Pacheco, Ademir Cantarelli, Sebastião Ramos dos Santos Neto. Foto: Acervo NEAB.



Foto: Maria Nilza da Silva.

A Construção

A Primeira Fase

A primeira fase da montagem da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, iniciada em janeiro de 2018, ficou sob a responsabilidade da empresa Ademir Carpintaria e a supervisão do carpinteiro Ademir Cantarelli.



Fotos: Antonio Carlos Zani.



Fotos: Antonio Carlos Zani.





Fotos: Antonio Carlos Zani.





Foto: Antonio Carlos Zani.



Foto: Antonio Carlos Zani.



Foto: Gilson Bergoc.



Foto: Gilson Bergoc.



Fotos: Acervo NEAB.





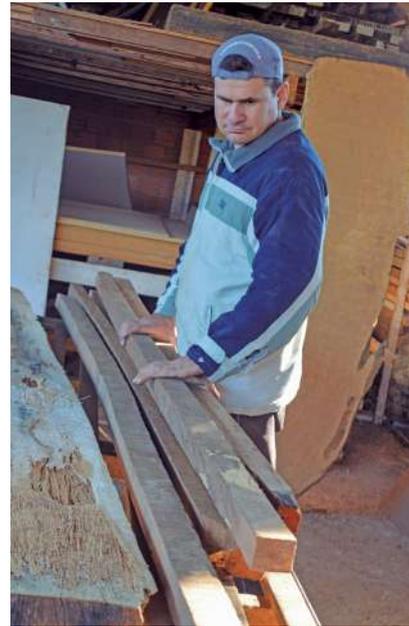
Trabalhadores da Ademir Carpintaria. Fotos: Maria Nilza da Silva.



Mineiro – Carpinteiro responsável pela primeira fase da construção



Ronaldo Ailton Pereira da Silva (Mineiro). Fotos: Amália Ursi.



Conclusão da primeira fase



Foto: Maria Nilza da Silva.

A Segunda Fase

A segunda fase constituiu-se dos acabamentos que envolvem a hidráulica, construção da rampa de acessibilidade, pintura, sinteco, painel de agradecimento e placa Dona Vilma.

Algumas doações

Dentre centenas de colaboradores, individuais e institucionais, mencionamos a doação realizada pelos sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná e dos Servidores Públicos Técnico-Administrativos da UEL (ASSUEL). O primeiro doou vigas de madeira, que serviram para finalizar a varanda na parte dos fundos da casa, além da tinta de cor clara e o verniz. A ASSUEL forneceu parte do material hidráulico do banheiro e da cozinha. Também fizeram doações a Loja do Mármore (pia da cozinha), Inez Yamamoto (lustres para a sala e para a cozinha móveis e madeira para o piso), Koki Kitahara (casa e sinteco) e Ivani Vaqueiro (vidros).



Ayoub Hanna Ayoub
(Sindicato dos
Jornalistas).
Fotos: Acervo NEAB.



Arnaldo Francisco C. de Mello
– Presidente e Marcelo Alves
Seabra – Tesoureiro (ASSUEL)



Adriana Santos (Loja do
Mármore) e Ronaldo
Gonçalves da Silva (PCU/UEL).



Inez Yamamoto e Koki
Kitahara.



Jairo Queiroz Pacheco, Ivani
Vaqueiro e Antonio Carlos
Zani.

Construindo a acessibilidade



Rampa de acessibilidade. Servidores: Odilo Lourenço da Silva, Pedro Airton Constante, Osvaldo Conceição Berto, Oscar E. S. Marcondes, Aparecido Fernando Martins de Araújo (Pozinho). Foto: Acervo NEAB.



Foto: Sandro Vieira.

Escada: os detalhes



Cacos de cerâmica. Servidores: Elizeu Francisco Rodrigues e Higinio Veríssimo. Fotos: Amália Ursi.

Os trabalhos de pintura e acabamento

No intento de ser fiel às características da casa original, o Professor Antonio Carlos Zani buscou a orientação do arquiteto Teru Matoba, residente na Vila Agari e responsável pela manutenção das casas. Após estudos, foram misturadas diferentes cores de tinta para atingir o tom similar ao da pintura da casa, tal como era na década de 1930.



Antonio Carlos Zani e Dirceu Oliveira de Pontes (Tamarana). Foto: Maria Nilza da Silva.



Antonio Carlos Zani e Teru Matoba. Foto: Maria Nilza da Silva.



Roberto José Mafort.
Fotos: Acervo NEAB.



Dirceu Oliveira de Pontes (Tamarana).



Walmir Marques.



José Alves Marcelino (Carneirinho).



Carlos Aparecido de Melo (Carlão).



Na escada: Marcos Roberto Gonçalves.



Luiz Carlos dos Santos.



Domingos Costa.



Marcio Messias Miranda.
Fotos: Acervo NEAB.



Ademir Schmidt de Oliveira.



Ozeas Martins de Araújo.



Genilson Pereira da Silva (Paiquerê).



Fernando José de Souza.



Miguel Soares de Oliveira.



Fidelcino Francisco Ferreira (Jacaré), Walmir Marques e Zani.



Gilson Bergoc e Devanir Ademir Bento
Fotos: Acervo NEAB.



João Orlando Cianca.



André de Carvalho Costa e Aparecido
Fernando Martins de Araújo (Pozinho).



Amarildo Chiezi. Divisão de Elétrica
PCU/UEL.



Ronaldo Gonçalves da Silva, Maria Nilza da Silva,
Odesio Batista Carneiro, Ozeias Martins de Araújo,
Kleber Luís Bail, Ademir Cantarelli e Marcelo Vitorino.



João Leandro de Paula, Sebastião Ramos dos Santos
Neto, Joaquim José da Silva, Ronaldo Gonçalves da
Silva, Abílio Pereira dos Santos e Gelson Almeida dos
Santos.



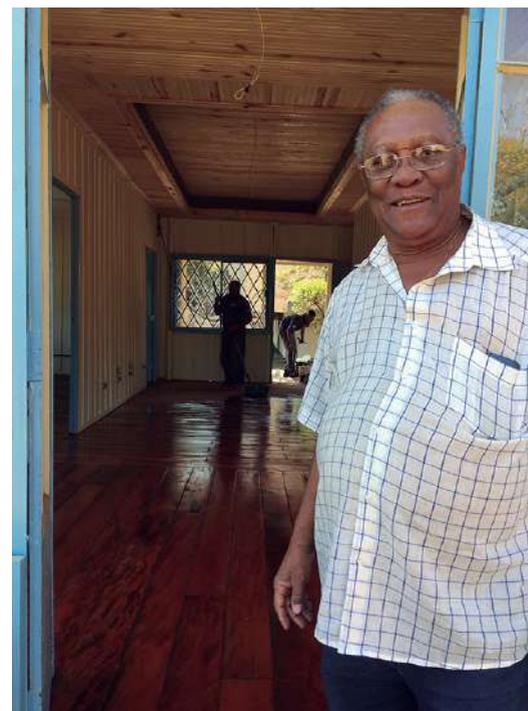
Elizeu Francisco Rodrigues, Zani e Robson
Roberto do Nascimento.

Sinteco

O sinteco foi financiado pelo Dr. Kitahara, que contatou e realizou o pagamento diretamente à empresa do Sr. José Lopes de Souza.



Fotos: Acervo NEAB.



José Lopes de Souza

Conclusão da Segunda Fase



Foto: Amália Ursi.

O Painel da Memória

O processo de reconstrução da Casa, com a participação de centenas de pessoas e diversas instituições, precisava permanecer registrado no conjunto de ações que afirmam a presença negra na UEL. Nesse sentido pensou-se em construir um memorial que pudesse apresentar brevemente a história da Casa, das famílias Kitahara e Agari, de Dona Vilma e, ainda, mencionar os nomes de todos os colaboradores que tornaram possível a construção da sede do NEAB. O então estudante de Arquitetura Mateus Fraga, orientando do Professor Zani, foi convidado para pensar algo que respondesse aos anseios da Equipe do NEAB. Segue a explicação do agora jovem arquiteto Fraga:

Painel para a sede do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

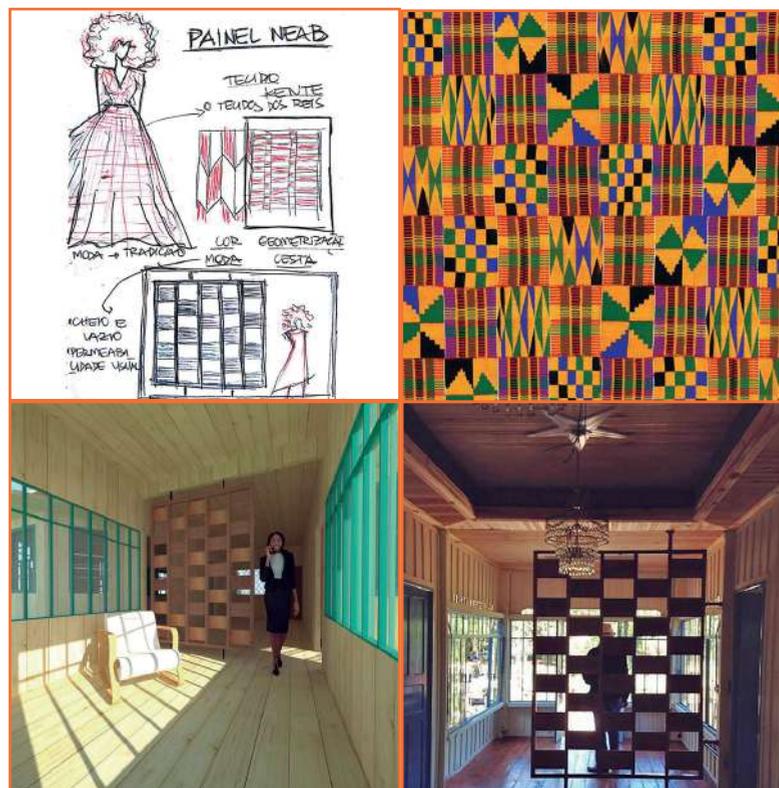
Moda e Tradição Africana

Kente, termo que significa “cesta” é um tecido confeccionado por tiras de seda entrelaçadas que ornamentava os reis dos povos mais conhecidos de akan em Gana, os ashantis.

Painel idealizado como cartão de visita da nova sede do NEAB – UEL, conta as histórias de Yá Mukumby – Dona Vilma (homenagem a líder do Movimento Negro Londrinense), do NEAB e da Família Kitahara, doadora da casa.

O material escolhido foi a madeira Peroba-Rosa que são os restos de ripas não utilizadas na reconstrução.

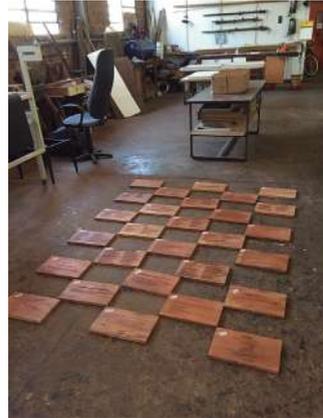
O contraste das cores fortes do tecido (azul, vermelho, amarelo e magenta), deu lugar aos cheios e vazios do painel, garantindo a permeabilidade visual do usuário no interior da residência.



Desenho e Projeto: Mateus Fraga, 2018.



Rosana Costa (Gráfica/UEL) conversa com os estagiários Rafael Camacho e Luanna Ribeiro sobre os desenhos que ilustrarão o painel de agradecimento. Fotos: Acervo NEAB.



Placas gravadas pela Londrilaser.



Desenhos e textos impressos pela Gráfica/UEL.



Envernizamento e manutenção André Luis Barbosa.



Painel da memória confeccionado pelo marceneiro João Orlando Cianca.

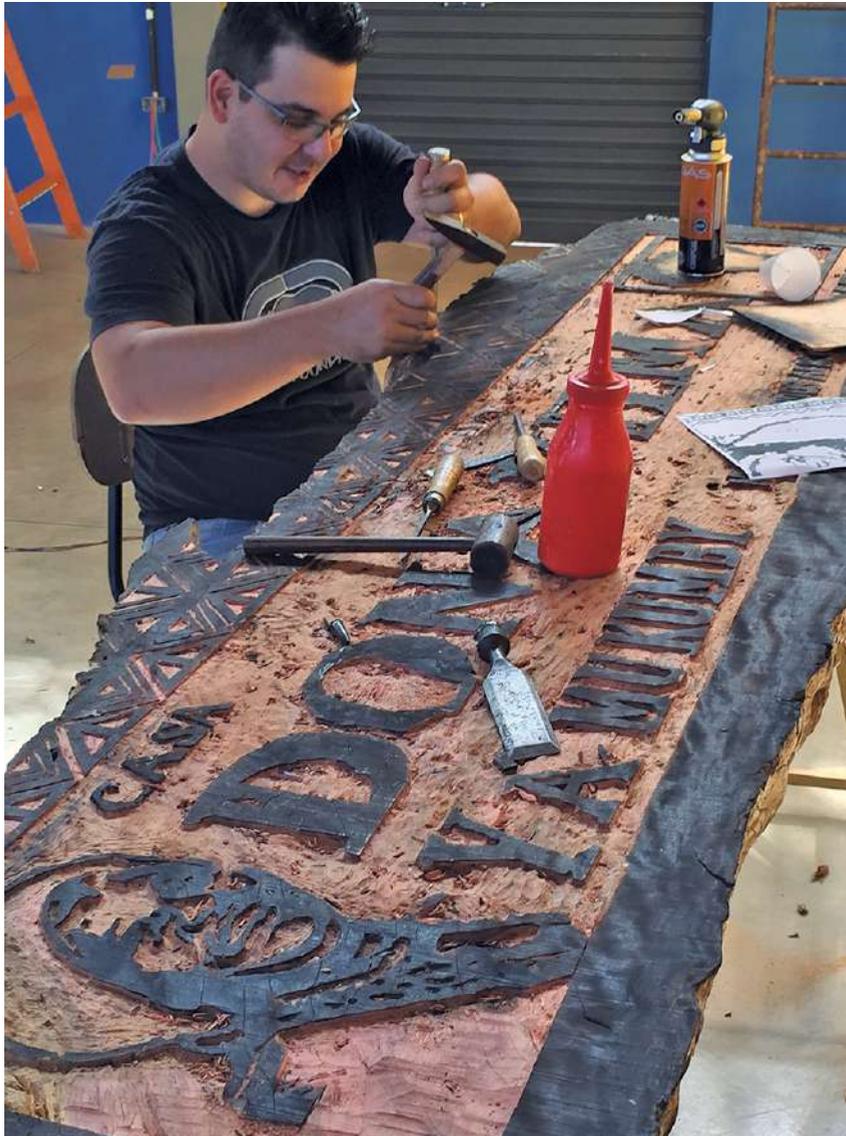
Placa da Casa Dona Vilma – Já Mukumby



Escolha da madeira para a confecção da placa que homenageia Dona Vilma. Mateus Fraga, Jairo Pacheco e Marcelo Diógenes. Foto: Acervo NEAB.



Raphael Menten inicia a confecção da placa. Foto: Maria Nilza da Silva.



Raphael Menten: “na verdade me defino como um artista pesquisador, um curioso das artes de entalhar, gravar, transformar uma superfície plana em imagens que tem força e significado”. Fotos: Maria Nilza da Silva.



Envernizamento e manutenção – André Luis Barbosa. Foto: Acervo NEAB.



Foto: Maria Nilza da Silva.



Foto: Amália Ursi.

A inauguração

Após extensivo processo de trabalho para a construção da *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*, que contou com tantos parceiros, chegou a hora de comemorar e agradecer. Para fazer jus a esse momento tão especial foi convidado o Prof. Kabengele Munanga (USP e UFRB), reconhecido nacional e internacionalmente como maior especialista da temática afro-brasileira e africana no Brasil. Prof. Munanga esteve presente em diferentes momentos das Ações Afirmativas na UEL, participou de vários debates e encontros sobre as cotas e outras temáticas relativas aos afro-brasileiros. Naquele momento, que era necessário agradecer a toda comunidade, ele novamente nos agradeceu com a sua presença e conferência memorável intitulada *Religiões de Matriz Africana e Intolerância Religiosa*, fazendo menção



Preparando a inauguração. Alexandra Alves de Oliveira, Edson Aparecido da Rocha, Gelson Santos e Carlos Freire (Kaka).

ao importante papel de Dona Vilma no processo de implantação e consolidação das Ações Afirmativas na UEL.

A inauguração da casa, em 26 de julho de 2018, foi um momento áureo da união de inúmeras pessoas que tornaram possível o sonho de ter a sede do NEAB no Campus da UEL.

Conferência de inauguração



Maria Nilza da Silva. Foto: Amália Ursi.



Professor Kabengele Munanga (USP/UFRB). Foto: COM/UEL.



Foto: Gustavo Carneiro.



Foto: Amália Ursi.



Luiza Braga e Braguinha. Foto: Amália Ursi.



Maria Aparecida Pereira, Luiz Fernando Pereira, Telly Diallo.
Foto: Amália Ursi.



Oscar do Nascimento, Paulo César Vieira Tavares, Marcia Cacilda Ribeiro, Kabengele Munanga, Marleide Perrude, Maria Nilza da Silva. Foto: Gustavo Carneiro.



Marcia Cacilda Ribeiro e Maria Nilza da Silva. Foto: Amália Ursi.

Solenidade de Inauguração





Maria Nilza da Silva – Coordenadora do NEAB. Foto: COM/UEL.



Sérgio Carlos de Carvalho – Reitor da UEL. Foto: COM/ UEL.



Foto: Gustavo Carneiro.



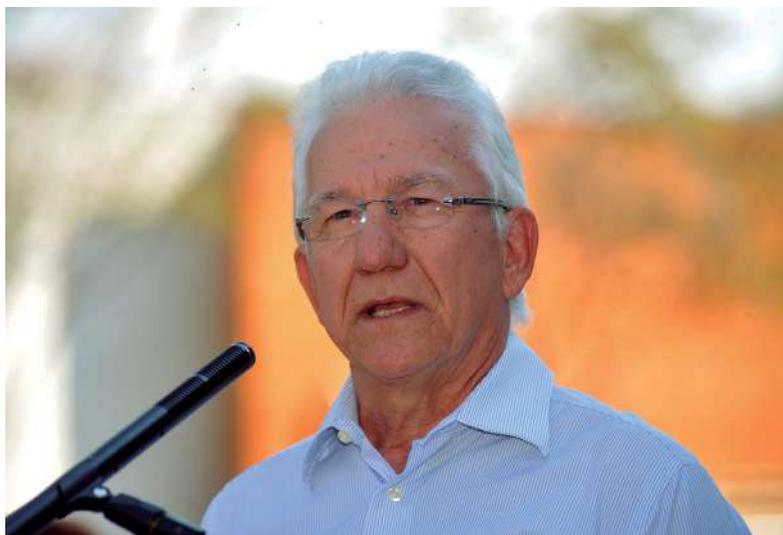
Foto: Gustavo Carneiro.



Sebastião Ramos dos Santos Neto – Delegado Chefe da Polícia Civil em Londrina. Foto: COM/UEL



Paulo César Vieira Tavares – Promotor de Justiça. Foto: COM/UEL.



Antonio Carlos Zani – Arquiteto Responsável pela Reconstrução. Foto: COM/UEL



Koki Kitahara – Médico Otorrino e doador da Casa. Foto: COM/UEL.



Maria de Fátima Beraldo – Gestora Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Londrina. Foto: COM/UUEL.



Profa. Estela Okabayashi Fuzii (Núcleo de Estudos da Cultura Japonesa). Ao fundo, Masato Hirazawa (doador da casa que abriga o Laboratório de Paisagem do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEL). Foto: COM/UUEL.



Jamile Baptista (NEAB) e Jonas Matos (Mestre de Cerimônia). Foto: COM/UUEL.



Foto: Amália Ursi.



Sérgio Carlos de Carvalho – Reitor e Maria Nilza da Silva – Coordenadora do NEAB, fazem o descerramento da placa. Foto: Gustavo Carneiro.



Foto: Gustavo Carneiro.



Da esquerda para a direita: Décio Sabbatini – Vice-reitor, Sérgio Carlos de Carvalho, Maria Nilza da Silva, Masato Hirazawa, Koki Kitahara e Sebastião Ramos dos Santos Neto. Foto: Amália Ursi.



Grupo Maracatu Semente de Angola. Foto: Gustavo Carneiro.



Foto: Amália Ursi.



Ao centro Gislene Santos de Oliveira – Filha de Dona Vilma, com os filhos Iori, Adanna e Solana. Foto: Gustavo Carneiro.



Foto: Gustavo Carneiro.

Território Negro na UEL



Foto: Gustavo Carneiro.

Visitas à Casa Dona Vilma – Yá Mukumby



Jairo Pacheco, Sérgio Carlos de Carvalho, Antonio Carlos Zani. Fotos: Acervo NEAB.



Adriano Farinasso – Coord. do Processo de Avaliação das Cotas em 2017.



Maria Alice Rezende (UERJ).



Cibele Barbosa (FUNDAJ) e Acácio Sidinei Almeida Santos (UFABC).



Inês Faccioli – Irmã Scalabriniana.



Elody Semedo – Estudante de Medicina (UEL).



Everton José – Estudante de Medicina (UEL), Fernanda Euclides – Formanda em Medicina (UEL), Maria Nilza da Silva, Mariana Panta, Inaê da Costa (NEAB). Foto: Sandro Vieira.



Koki Kitahara e Estela Okabayashi Fuzii.



Oficina Pedagógica no NEAB. Foto: Acervo NEAB.



Prof. Eduardo Tardeli e estudantes. Foto: Acervo NEAB.



Clube do Choro. Gravação do programa Guest, da TV Tarobá. Foto: Sandro Vieira.



Inaê da Costa, Maria Nilza da Silva e Maria Isabel Mena Garcia (UNAD – Colômbia). Foto: Acervo NEAB.



Profa. Adevanir Aparecida Pinheiro (UNISINOS). Foto: Acervo NEAB.



Prof. Paulo Vinícius Baptista (UFPR). Foto: Acervo NEAB.



José Mendes (Movimento Negro). Foto: Arquivo pessoal de José Mendes

Reportagens

Desde os primeiros passos, até a inauguração, diferentes veículos de comunicação, acompanharam e registraram o processo de reconstrução da casa.



Pedro Livorati (COM/UUEL). Fotos: Acervo NEAB.



Célio Costa – Diretor da Televisão Cultural e Educativa (TV/UUEL).



Maria Nilza da Silva, Sergio Henrique Gerelus – Coordenador (COM/UUEL), Célio Costa.



Eliete Vanzo (Rádio UEL), Maria Nilza da Silva, Louise Edimo Nkengue – Representante dos Imigrantes em Conselhos da cidade de São Paulo.



Vitor Ogawa (Folha de Londrina) entrevista Maria Nilza da Silva e Jairo Pacheco. Fonte: Acervo NEAB.



Patrícia Zanin (jornalista Rádio UEL) e Maria Nilza da Silva – Planejamento da Campanha “Ajude a Reconstruir a Casa do NEAB”



TV/UUEL.

TV UEL



TV UEL: NEAB precisa de ajuda para concluir construção da sede. Reportagem de Fiana Heloisa, 16/12/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ahUy4HAej4&ab_channel=TVUEL.



TV UEL: Palestra marca inauguração da Casa NEAB. Reportagem de Marco Antonio Barros, 13/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NkVUGdjQsKU&ab_channel=TVUEL



TV UEL: NEAB inaugura amanhã sede própria no Campus. Reportagem de Marco Antonio Barros, 25/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iH0niV3QNRI&ab_channel=TVUEL



TV UEL: NEAB Inaugura sede própria. Reportagem: Soraia Barros, 26/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=S12-GYuaFQw&ab_channel=TVUEL

Artistas retratam a Casa



Série: Como se fosse hoje, ainda me lembro delas. *Casa Dona Vilma*. Técnica Mista sobre Papel Canson. 15x21. 2019. Caio Souza.

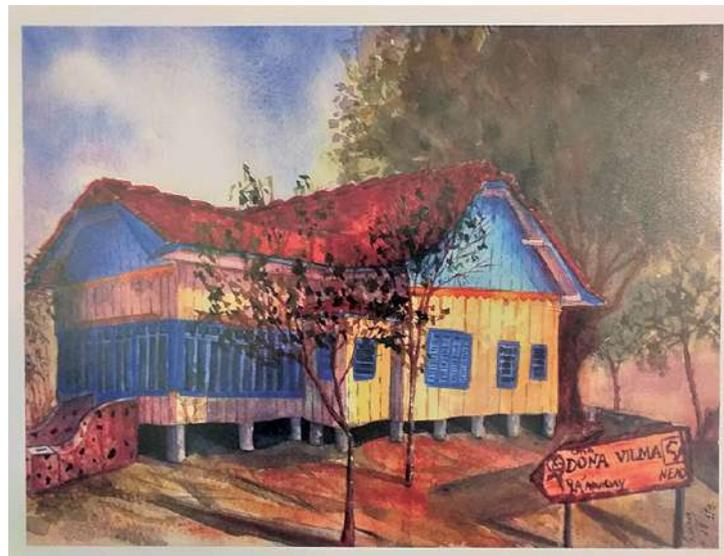


Foto da pintura. Dirce Ferreira Gameiro.



Cotidiano



Reuniões. Fotos: Acervo NEAB.



Marilisa Gonçalves da Silva (pedagoga), Inaê da Costa.



Lucas Izzidoro, Inaê da Costa – estudantes de Ciências Sociais/UEL e Maria Nilza da Silva.



Sandro Vieira – Secretário do NEAB.



Bolsistas e colaboradores do NEAB.

Inauguração da sede do NEAB – 26 de julho de 2018

Teimosia para Sobreviver

A teimosia é uma das estratégias para sobreviver. Sobreviventes é o que somos! Diariamente, a população negra é levada a teimar, a teimar, para sobreviver. Os negros, desde os primeiros que aportaram ao Brasil, sobreviveram às mais adversas condições para um ser humano. Foi assim na travessia transatlântica e ao longo de sua trajetória no Brasil. Foi assim durante um dos períodos mais duros da humanidade, a escravidão negra.

A abolição seria, aparentemente, a resposta para tantas amarguras, porém ela foi mais uma estratégia para a manutenção da exclusão dos artífices da construção do Brasil. Influenciada pela elite política, econômica e social, a abolição foi mais uma resposta aos apelos internacionais do capital estrangeiro. Aqui, sob a influência do racismo científico dos países europeus e da América do Norte, os negros não foram considerados seres humanos em sua plenitude. Acreditava-se que eram herdeiros da não-civilização e do não-progresso, por isso as estratégias políticas e científicas visavam o seu desaparecimento total ao longo dos anos.

Também os asiáticos foram, durante esse período, discriminados. Como disse o Sr. Masato Hirazawa, sua família escolheu o Brasil para viver porque nos Estados Unidos, eles seriam “tratados como os negros”. Foi nesse contexto que congressos pseudocientíficos foram realizados no intuito de insistir na necessidade de limpeza da raça e do desaparecimento da população negra para a constituição de um país desenvolvido e considerado moralmente sadio. Desde

os séculos XVIII e XIX até meados do Século XX o racismo científico provocou a morte de inúmeras pessoas e influenciou as políticas públicas brasileiras marcando, com total exclusão, grande parcela da população negra.

Passados mais de 130 anos da Abolição, ainda vivenciamos as consequências daquele período. No mercado de trabalho, mulheres e homens negros têm menos oportunidades que os outros estratos populacionais. São elas e eles os primeiros da fila do desemprego. Somente nos últimos 15 anos, nossas instituições de ensino superior começaram a abrir as portas para a juventude negra. Os dados oficiais e não-oficiais atestam que o jovem negro é a principal vítima da violência urbana. Enfim, sobreviver nesta realidade exige muita teimosia.

É nesse contexto que a UEL se tornou uma das pioneiras na implantação do sistema de reserva de vagas para estudantes oriundos das instituições públicas e da população negra em 2004. A partir de então, o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos, o NEAA, passou a direcionar suas atividades para a acolhida dos estudantes oriundos de escolas públicas e negros e também para a busca de apoio à permanência desses estudantes. Além disso, em 2003 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, foi modificada pela Lei 10.639/03, que prevê o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Núcleo passou a receber demandas das escolas da educação básica para a formação continuada de professores que deveriam ensinar o conteúdo previsto na LDB, mas, em suas trajetórias acadêmicas, os docentes, não haviam recebido formação referente à população e à cultura negra, nem tão pouco à africana.

Eram muitas as demandas feitas ao NEAA: fornecer apoio à instituição para acolher os estudantes negros; participar das comissões de homologação das matrículas por cotas, de avaliação, manutenção do sistema e apoiar os professores da educação básica sobre conteúdos previstos pela Lei 10.639/03. O Núcleo tornou-se, naquele contexto, mais visível na UEL em razão das necessidades que iam aparecendo, mas ao mesmo tempo passou a ser vulnerável. Em meados de 2006, o antigo NEAA perdeu sua sede alocada ao lado dos bancos comerciais no *Campus*. Daquele ano até 2016, foram nove as mudanças de local. A maioria das vezes ocupou salas no Centro de Tecnologia e Urbanismo (CTU), funcionando, numa dessas vezes, fora do Campus quando esteve alocado no prédio Equipe na BR, dificultando o acesso ao NEAB.

Prevendo-se a necessidade de novos usos para a Sala ocupada no CTU, no final de 2013, o NEAA foi intimado a desocupá-la. A primeira opção oferecida foi instalar o Núcleo no espaço antes utilizado pelo Curso de Engenharia Elétrica

que, naquele momento, não estava adequado aos padrões de acessibilidade por ser distante do Calçadão no *Campus* universitário. Caso ocupasse aquele espaço, o Núcleo ficaria “escondido” da comunidade local e externa, então achou-se que não era adequado.

Foi naquele momento que, diante das atividades desenvolvidas pelo Núcleo, segundo os ditames da Lei 10.639/2003 e as Ações Afirmativas na UEL, parte da comunidade interna e externa ligada ao NEAA propôs a alteração do nome do Núcleo para Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB. Entretanto, de vez em quando, vinha à baila que o Núcleo teria de encontrar uma solução que lhe desse estabilidade. No final de 2014, o CTU se dispôs a ceder uma casa de madeira que havia sido doada à UEL, em 2007, pela família Kitahara para, ao ser reconstruída, servir de patrimônio histórico e de resgate das formas pioneiras de construção de casas da cidade de Londrina. O levantamento arquitetônico, a coordenação da desmontagem e o traslado foram feitos pelo Prof. Humberto Yamaki

A casa, desmontada em 2008 estava, quase dez anos depois, degradada e havia perdido grande parte da madeira pela ação do tempo, pelas condições ambientais e pelas dificuldades de conservação adequada. Pela degradação do material recebido pelo NEAB e pela falta de mão de obra, não foi possível a imediata reconstrução da casa. Assim, o NEAB ficou no CTU, até fevereiro de 2016, quando o Núcleo teve de desocupar a sala que devia ser reformada para responder às demandas de acessibilidade. Foi então que o Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH) acolheu o Núcleo numa sala emprestada pelo Departamento de Ciências Sociais.

A partir de 2016 houve mobilização tanto da comunidade externa como, por exemplo, o GT de Combate ao Racismo do Ministério Público, coordenado por Dr. Paulo Tavares, quanto da comunidade interna, estudantes bolsistas e professores do LEAFRO e NEAB para a reconstrução da Casa de madeira. Para isso, iniciaram-se as campanhas *on line*, venda de rifas, doações espontâneas, eventos culturais (muitos artistas e espaços culturais da cidade participaram), entre outras iniciativas.

Em 2017, a pedido do NEAB, o Conselho Universitário da UEL homenageou Dona Vilma, a Yá Mukumby, pela sua importante contribuição à Instituição, que durante longos anos, contou com a sua presença para a implantação das Ações Afirmativas, nas Comissões de Homologação de Matrículas e Avaliação das Cotas para estudantes negros e negras. Dona

Vilma realizou muitas palestras, oficinas e outras atividades relativas à Cultura Afro-Brasileira. A Sede do NEAB, quando construída, passaria ser denominada *Casa Dona Vilma – Yá Mukumby*.

Para preparar o processo de reconstrução da Casa foram realizadas dezenas de reuniões no Ministério Público, nos encontros do GT de Combate ao Racismo, no NEAB, na Prefeitura do Campus, enfim, desde 2016 a movimentação foi grande. Foram solicitados orçamentos de empresas de carpintaria. Foram apresentadas duas propostas, uma de 70 mil reais e outra de 53 mil reais. Mas a UEL vivia uma fase de contenção de gastos que dura até hoje. Então parecia quase impossível a reconstrução e a sonhada sede.

Foi quando alguém teve a ideia de utilizar a Peroba Rosa disponível no *Campus* para repor a madeira perdida da Casa e pagar a reconstrução com 4 metros cúbicos de madeira, cujo valor de mercado era 12 mil reais. Após a autorização para utilização da madeira, foi realizado o processo administrativo, com licitação pública e só apareceu uma proposta vencedora, a da ADEMIR Carpintaria. O “Seu” Ademir e o Mineiro, seu carpinteiro chefe, inicialmente chegaram desconfiados, mas logo a equipe tratou de incentivá-los a assumir a tarefa.

A empreitada precisou contar com muitas doações de todo tipo, praticamente 90% dos recursos para a reconstrução da Casa foram oriundos da comunidade externa. Muitos doadores jamais haviam visto os que mais se envolveram na reconstrução, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Carlos Zani, mas confiaram e fizeram doações atendendo ao apelo do Dr. Sebastião Ramos Santos Neto, na época membro do GT de Combate ao Racismo. Este foi o caso do Sr. Anderson Fernandes, do grupo Sanderson, falecido prematuramente no ano passado. O grupo que fincou as bases da Casa, com pilares de três metros de profundidade. A base da casa foi feita em dezembro de 2016, sem se saber como haveria de continuar o trabalho de reconstrução da Casa.

O mesmo se diga da Serraria Sangoes, da dona Ineiva Moretão Lima e do Sr. Donizete Aparecido de Lima de Tamarana que desdobraram, transformando em tábuas, as imensas toras de Peroba Rosa que estavam no Campus. Antes, foram necessárias a mobilização e a concentração de forças durante mais de seis meses para liberar o uso da madeira pelos órgãos competentes. Mas a cada dia faltava algo e as dificuldades foram grandes, entretanto era maior ainda a dedicação das pessoas envolvidas. Foi novamente a teimosia que garantiu a continuidade da obra.

Em janeiro de 2018, iniciou-se a montagem da casa. O processo foi lento por causa das dificuldades, como a falta de material e inúmeros outros desafios que foram surgindo. A cada dia ou semana, à medida que surgiam as dificuldades, as respostas às demandas iam aparecendo e, aos poucos, a casa foi sendo reconstruída com apoio de toda a comunidade, notadamente com o apoio do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo, coordenado por Dr. Paulo César Vieira Tavares, do ex-membro do GT, o diretor da Escola Superior da Polícia Civil, Dr. Sebastião Ramos Santos Neto e do Movimento Negro de Londrina.

A Sede do NEAB é uma conquista da comunidade, inicialmente da família Kitahara, que generosamente a doou à UEL para preservar a memória da cidade e das formas iniciais de construção de casas e, depois, de todas as pessoas que acreditaram e confiaram que daquelas madeiras tão degradadas e tão distante da beleza da casa original pudesse brotar algo belo para abrigar um Núcleo e para preservar a memória da cidade e de Dona Vilma, a maior liderança da comunidade negra em Londrina e Região.

É por todo esse empenho que temos de agradecer às inúmeras pessoas, às instituições públicas e privadas e aos servidores da UEL que colaboraram para chegarmos a esse resultado tão significativo para o fortalecimento da inclusão da população negra na UEL e das políticas de diversidade. Afinal, duas culturas que fazem parte da história de Londrina estão juntas, a negra e a japonesa. A população negra continuou teimosa e persistente na luta pela existência, pois foi sua teimosia e criatividade que transformaram cinzas em espaço de conhecimento, partilha e fortalecimento da presença negra e de outros povos na Universidade Estadual de Londrina.

Nominaremos algumas pessoas e instituições, mas sabendo que não será possível a referência a todas, por isso organizamos esse livro para registrar a história do NEAB, antigo NEAA, com seus empreendimentos e colaboradores. Agradecemos em especial ao Dr. Sebastião Ramos Santos Neto que intermediou a doação dos pilares da Casa pelo grupo Sanderson; do trabalho de desdobro da madeira realizado pela Serraria Sangoes; da presença da EDEME, empresa que esteve presente em todas as fases do processo e doou a maior parte do material hidráulico. Ramos Santos intermediou outras importantes doações. Ao Dr. Paulo Tavares, coordenador GT de Combate ao Racismo, sempre presente, organizou e pautou todas as reuniões dos últimos dois anos para tratar as questões relativas ao NEAB. À empresa Ademir Carpintaria. À

equipe de professores, estudantes bolsistas e colaboradores do NEAB e LEAFRO que, além das atividades de pesquisa e extensão que desenvolveram, colaboraram em todas as fases do processo de construção para o fortalecimento do processo de inclusão da população negra e de preservação da memória da Cidade e de Dona Vilma. Por fim, à todos que contribuíram das mais diferentes formas, nossos agradecimentos.

Maria Nilza da Silva – Discurso da Solenidade de Inauguração da sede do NEAB

Agradecimentos Especiais

Dr. PAULO CÉSAR VIEIRA TAVARES

Vigésima Quarta Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos Humanos, Saúde Pública e Saúde do Trabalhador da Comarca de Londrina e Coordenador do GT de Combate ao Racismo do MP de Londrina. Desde 2012 se tornou referência na luta contra o racismo e contra a intolerância religiosa. Atua na formação de agentes públicos nas áreas da saúde, educação e segurança na perspectiva de superar toda forma de discriminação.

Dr. SEBASTIÃO RAMOS DOS SANTOS NETO

Diretor da Escola Superior da Polícia Civil e Chefe da 10º SDP – 2015 a 2017. Foi membro do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público de Londrina. Desde que conheceu a realidade do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL se tornou um dos principais apoiadores da reconstrução da casa de madeira Dona Vilma – Yá Mukumby. Encontrou numerosas e diferentes estratégias para viabilizar a sede do NEAB.

ADEMIR CARPINTARIA

A reconstrução desta casa exigiu um acurado trabalho técnico que resultou num importante registro de memória da arquitetura em madeira, praticada nos primórdios da cidade de Londrina.

Ademir Cantarelli – Empreiteiro
Cristiano Aparecido Bernin, Gustavo Cantarelli,
Jefferson Pinheiro Ivalea, Ronaldo Ailton Pereira da Silva (Mineiro) – Carpinteiro Chefe, Thiago Cantarelli,
Vanderson Pinheiro Ivalea

Prof. Dr. HUMBERTO TETSUYA YAMAKI

Pelo levantamento arquitetônico, coordenação da desmontagem das Casas das famílias Hirazawa e Kitahara. Foi responsável pelo traslado das Casas até o Campus.

GRUPO DE TRABALHO DE COMBATE AO RACISMO

Criado em 2012, com atuação na formação continuada para os profissionais da educação, saúde e segurança pública em questões étnico-raciais e em diferentes ações contra o racismo. Este grupo destacou-se por agregar diversos órgãos e entidades públicas e da sociedade civil em favor da reconstrução da *Casa Dona Vilma - Yá Mukumby*.

PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO - PCU

Todos os servidores que compõem a PCU e ao Prof. Dr. Gilson Jacob Bergoc, pelos projetos iniciais e finalização do processo de reconstrução da *Casa Dona Vilma - Yá Mukumby*, a sede do NEAB.

INEZ YAMAMOTO

IVANI VAQUEIRO E FILHOS

Por representarem os inúmeros apoiadores da reconstrução da *Casa Dona Vilma - Yá Mukumby*, a sede do NEAB, com doações de diferentes tipos.

Agradecimentos

CONTRIBUINTES DAS CAMPANHA ON LINE

Azenil Staviski, Celia Maria de Siqueira Rodrigues da Silva, Chá Com Biscoito e Comportamento, Edson Holtz, Eduardo Calliari Schacht, Fabiana Mangili, Fernanda Di Flora, Fiama Heloisa Silva dos Santos, Flora Mestre Passini, Gisele Nobrega, Heloísa Gomes Negrão, José Mendes de Sousa, Julia Gomes e Souza, Leandro R. Altimari, Leila Rosa, Luci Ribeiro, Lucia Maria Felipe Alves, Ludoviko Carnasciali dos Santos, Luiz Carlos Sollberger Jeolás, Lusinete Barbosa dos Santos, Maiara Zaminelli, Marcia Pastor, Maria de Fátima Beraldo, Maria Inês Nobre Ota, Maria Luiza M Abbud, Martha Ramírez-Gálvez, Neusa Maria Amaral, Osmani Costa, Patricia de Oliveira Rosa da Silva, Patricia Heitzmann, Paulo Cesar Boni, Rafael Cícero Oliveira, Raimunda de Brito Batista, Rakelly Calliari Schacht, Renan Roldão Caldo, Ronaldo Baltar, Rosivaldo Pellegrini, Sueli Bortolin, Telma Gimenez e Zilda Andrade.

DOCENTES – UEL

Ângela Maria de Sousa Lima (C. Sociais), Anísio Ribas Bueno Neto (Administração), Antonio Carlos Zani (Arquitetura), Ayoub Hanna Ayoub (Jornalismo), Charles Feldhaus (Filosofia), Eliel Ribeiro Machado (C. Sociais), Giovanini Cirino (C. Sociais), Gilson Jacob Bergoc (Arquitetura), Humberto Tetsuya Yamaki (Arquitetura), Jairo Queiroz Pacheco (História), Jamile Carla Baptista (C. Sociais), Kennedy Piau Ferreira (Artes Visuais), Lindberg Nascimento Junior (Geografia), Margarida de Cassia Campos (Geografia), Maria Nilza da Silva (C. Sociais), Marleide Rodrigues da Silva Perrude (Pedagogia), Martha Ramírez-Gálvez (C. Sociais), Oigres Leici Cordeiro de Macedo (Arquitetura), Osmani Ferreira da Costa (Jornalismo), Patrícia de Castro Santos (Letras), Paulo Sérgio Negri (LABTED), Ronaldo Baltar (Ciências Sociais), Rosivaldo Pellegrini (C. Sociais), Rovenir Bertola Duarte (Arquitetura).

ESTUDANTES E EGRESSOS (NEAB e LEAFRO)

Adrian Gustavo Baleeiro Ribeiro, Alexsandro Eleotério Pereira de Souza, Aline Cristina Sales da Silva, Ana Carla Dias, Andrey Nogueira da Costa Jr., Cláudia Godoi F. de Almeida, Claudio Francisco Galdino, Eduardo Baroni Borghi, Fernanda Amorim dos Santos, Inaê da Costa, Isabella Silva Dias, Juarez Barbosa dos Santos, Julietta Elisabete de Jesus Oliveira, Kawanni dos Santos Gonçalves, Lohanna Chrystye de Lima Messias, Lucas Izidoro de Souza, Lucas Lobato da Cruz, Luís Felipe Casagrande, Maicon Guilherme da Silva Rodrigues, Marcelo Diogenes Costa Jr., Maressa Barboza Santos, Maria Julia Soares Gomes, Mariana Aparecida dos Santos Panta, Marilisa Gonçalves da Silva, Matheus Fraga, Nikolas Gustavo Pallisser Silva, Paloma Pereira Antonio, Poliana Aparecida Nadim, Rodrigo Henrique M. Pinheiro, Telly Mody da Silva Diallo, Thainara Assis Pereira, Villenon Edlon de O. Almeida.

SERVIDORES/ UEL – CONSTRUÇÃO DA CASA

Abílio Pereira dos Santos (Hidráulica), Adão dos Santos (Pré-Moldados), Adélio Soares da Silva (Pintura), Ademir Schmidt de Oliveira (Carpintaria), Amarildo Chiezi (Eletricidade), André de Carvalho Costa (Pré-Moldados), Aparecido Fernando Martins de Araújo (Pré-Moldados), Carlos Aparecido de Melo (Pintura), Carlos Roberto dos Santos (Marcenaria), Celso dos Santos Monteiro (Edificações), Claudenir Belasqui (Eletricidade), Claudinei Caetano (Marcenaria), Claudio Eduardo Molena (Marcenaria), Claudio Cesar Pereira (Hidráulica), Deoclécio Sólon de Oliveira (Carpintaria), Devanir Ademir Bento (Marcenaria), Dirceu Oliveira de Pontes (Pintura), Domingos Costa (Pintura), Edilson Chanan (Pré-Moldados), Edinei Rosa dos Santos (Edificações), Edson de Souza (Marcenaria), Egidio de Jesus Castro (Marcenaria), Elizeu Francisco Rodrigues (Edificações), Fernando José de Souza (Carpintaria), Fidelcino Francisco Ferreira (Pintura), Genilson Pereira da Silva (Carpintaria), Higino Veríssimo (Edificações), Jair

de Oliveira (Marcenaria), Januario Alves dos Santos (Marcenaria), João de Oliveira (Marcenaria), João Orlando Cianca (Marcenaria), José Braz de Oliveira (Marcenaria), José Ferreira de Oliveira (Pré-Moldados), José Galvão (Pintura), Kleber Luis Bail (Eletricidade), Kozo Ono (Edificações), Luciano Zati Lourenção (Edificações), Marcelo Vitorino (Eletricidade), Marcos Roberto Gonçalves (Pintura), Mauro dos Santos Silva (Hidráulica), Odésio Batista Carneiro (Carpintaria), Odilo Lourenço da Silva (Pré-Moldados), Oscar Espirito Santo Marcondes (Carpintaria), Osvaldo Conceição Berto (Pré-Moldados), Osvaldo de Freitas Rocha (Marcenaria), Ozéas Martins de Araujo (Carpintaria), Ozéias Laudeano de França (Carpintaria), Paulo Cesar Leme (Marcenaria), Pedro Airton Constante (Carpintaria), Robson Roberto do Nascimento (PCU), Ronaldo Gonçalves da Silva (Hidráulica), Sidnei Aparecido Costa (Pré-Moldados), Thiago Corrêa Mattos (Pintura), Walmir Marques (Pintura), Wellington Henrique Martielo (Marcenaria)

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, MULTIMÍDIAS E AUXILIARES OPERACIONAIS – UEL

Adelaide Cavalcante dos Santos, Alex Rubbo de Sá (Transporte), Arnaldo Francisco Correa de Mello (ASSUEL), Aparecida Marcelino Rosado (CLCH), Carlos Antônio da Silva Freire (COM), Celio dos Santos Costa (TV), Daine Groninger Albacete Carmona, Dirce Meneguelli de Sá (NEAB), Edson Aparecido da Rocha, Eliete Albino Vanzo (Jornalista), Geni Ferreira da Silva, Gina Esther Issberner (Casa do Pioneiro), Joilson Carlos Dias (Ciências Sociais), Jonas Rodrigues de Matos (COM), Jonas Villa (Transporte), Lillian Ribeiro Luz C. de Oliveira, Lourdes Barbosa da Silva, Lucineia Aparecida de Melo Francisco, Luiz Antonio Dias dos Santos, Luiz Roberto Gomes dos Santos (CLCH), Marco Antonio Barros Jr. (TV), Marcelo Alves Seabra (ASSUEL), Marco Aurélio Francisco Mafra (PROAF), Maria Claudia R. Correia A. de Souza (PROAF), Marina Phonlor Lemos (ARI), Marinalva Cavalcante de Medeiros, Maurício Borges da Silva, Odair Aparecido dos Santos (CLCH), Patrícia Zanin Heitzmann (Jornalismo), Peterson José Ferreira de Carvalho (PCU), Rafael Cezar Fujita (PCU), Reginaldo Ferreira da Silva (CLCH), Roberto Dias, Rosana de Oliveira Costa (Gráfica), Rubens Torres de Oliveira, Samanta Vieira (PROEX), Sandro Vieira (NEAB), Silvio Rogério Valduga (Gráfica), Soraia Valencia de Barros (TV), Suely Moraes Bastos (CLCH), Vanessa Correia de Barro Dias (Transporte)

ARTE E CULTURA

Alberto Lima (Regra Três), Álvaro Oliveira (Hermano Elétrix), Ângela Maria Nogueira (Cantora), Bernardo Pellegrini (Cantor), Braguinha e Banda Sambaguidum, Valdomiro Chammé (Bar Valetino), Claudia Maria de Sousa Lima (Artista), Daniel Hipólito Moreira Jr (Cantor), Érico Brás (Ator), Giovanna Clivati Soares (Caburé Canela), Gustavo Veiga (DJ), Hermano Pellegrini (Hermano Elétrix), Joaquim Braga (Cantor), Leci Brandão (Cantora), Lua Cristina (Cantora), Luiza Braga (Cantora/Designer), Marco Pellegrini (Cantor), Marina Sousa Lima (Artista), Matheus Montagnini (Hermano Elétrix), Natalia Monaco (DJ), Pedro Potumati (Hermano Elétrix), Raphael Soares Menten (Artista), Rogério França – Pirata (Regra Três), Simone Mazzer (Cantora), Sophia Pellegrini (Saxofonista e Cantora), Tinho Lemos – Milton Phonlor Lemos (Regra Três), Vagner Nogueira (Cantor), Vitor Hugo Andrade (Regra Três), Ademir Carpintaria, Cristiano Aparecido Bernin, Gustavo Cantarelli, Jefferson Pinheiro Ivalea, Ronaldo Ailton Pereira da Silva (Mineiro), Thiago Cantarelli, Vanderson Pinheiro Ivaléia

COMUNIDADE

Adevanir Aparecida Pinheiro – Unisinos, Alberto Paulo Neto – PUC/Londrina, Amália Ursi (fotógrafa), Anderson Fernandes – in Memoriam (Sanderson), André Luís Barbosa dos Santos, Christiane Vianna, Danilo Batista de Castro Marconi, Dilvana Cristina da Silva Torregiani, Fabrício Cazarim Sodrê, Família Kitahara, Família Santos de Oliveira – Yá Mukumby, Fiama Heloisa Silva dos Santos – Jornalista, Gilberto Rocio Camargo Canestraro – (EDEME), Hernani Pereira dos Santos – PUC/Londrina, Heron Heloy (Jornalismo), Hugo Ribeiro Borges de Paula, Ineiva Aleixo Moretão, Inez Yamamoto, Ivanir Vaqueiro & Filhos, Ivonir Rodrigues Ayres, José Antônio dos Santos de Jesus – IAP, José Juliani – PUC/Londrina, Kabengele Munanga – USP, Koki Kitahara, Marcia Cacilda Ribeiro – NRE/Londrina, Marcos Antônio da Rocha – Ministério Público, Maria Cristina

Mayumi Nagao (Otocentro), Maria de Fátima Beraldo – GPPIR, Paulo César Vieira Tavares – Promotor de Justiça, Sebastião Ramos dos Santos Neto – Del. Polícia, Sidnei Dionísio de Oliveira, Sidnei Santos da Silva, Tereza Mendes, Vitor Ogawa, Walter Ogawá, Wilson Nakanishi

GRUPOS E INSTITUIÇÕES

Associação Amigos do Museu (ASAM), Associação dos Servidores da UEL – ASSUEL, Centro de Letras e Ciências Humanas, Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA), Departamento de Ciências Sociais, Edeme Construções Civas e Planejamento Ltda, OCAS – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo do Ministério Público de Londrina, Grupo Sanderson, Hospital Otocentro, Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros – LEAFRO, Legis Assessoria Contábil Ltda, Loja do Mármore – Granlux Comércio de Mármore Ltda, Londrilaser – Madereira Imperial, Programa de Acesso e de Permanência do Estudante na UEL (PROPE), Quizomba – O Samba e Outros Batuques, Rádio UEL, Serralheria Sangoes, Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, TV UEL, Vila Cultural Cemitério de Automóveis

Nossos agradecimentos a todos os COLABORADORES ANÔNIMOS.



NEAB

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

Logomarca: Equipe NEAB, 2013.



Logomarca: Robson Vilaba, 2009.

Referências Bibliográficas

- ANCHIETA, Karen de Abreu. **História da implantação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina – UEL (2000-2005)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2008.
- ANDRADE, Pedro Henrique. **As Ações Afirmativas na UEL: um estudo sobre a sociabilidade dos estudantes negros**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.
- BRASIL, Ministério da Cultura – Fundação Palmares. **Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas**. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 29 de out., 2019.
- CAVALCANTI, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- COSTA, Guilherme Souza. Imediatismo Versus Precisão: a cobertura do assassinato de Yá Mukumby na imprensa. In: SILVA, Maria Nilza da; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). **Dona Vilma: cultura negra como expressão de luta e vida**. Londrina: UEL, 2014.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça**. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- LANZA, Fábio et al. **Yá Mukumby: A Vida de Vilma Santos de Oliveira**. Londrina: UEL, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NÉRIS, Natália. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Constituinte de 1988**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- PACHECO, Jairo Queiroz. **Desafios da Inclusão: o olhar dos jovens negros sobre a Política de Cotas da UEL**. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Londrina, 2019.
- PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Brasília – DF: Fundação Palmares, 2007.
- PANTA, Mariana. **Relações Raciais e Segregação Urbana: trajetórias negras na cidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157155>. Acesso em 10, nov., 2019.
- REZENDE, Maria Alice; PEREIRA, Vinícius de Oliveira. O Sistema de Ensino Brasileiro, as Políticas Racializadas e as Ações Extensionistas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEAB UERJ). **Revista da ABPN**, v.7, n. 15, nov., 2014 – fev., 2015.

SILVA, Maria Nilza. As cotas para estudantes negros originários ou não de instituição pública. In: **Colección Apuntes**. UNTREF: Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1otJylTBbNMgzkmE2wreoMLdr6oj4pAjc/view>. Acesso em 3, dez., 2019.

SILVA, Maria Nilza. As cotas raciais na universidade Estadual de Londrina e a proporcionalidade. In: SANTOS, Jocélio Teles (Org.). **Cotas nas universidades**: análises dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SILVA, Maria Nilza. Cotas Universitárias para Negros no Brasil e o Caso de Londrina. In: CHAIA, Vera; MACHADO, Eliel (Orgs.). **Ciências Sociais na atualidade**: tempo e perspectiva. São Paulo: Paulus, 2009.

SILVA, Maria Nilza da et al. **Dona Izolina e a Venda dos Pretos**: Solidariedade e resistência, 2016.

SILVA, Maria Nilza; LARANJEIRA, Pires. Do Problema da “Raça” às Políticas de Ação Afirmativa. In: PACHECO, Jairo Queiroz. SILVA, Maria Nilza da (Orgs.). **O Negro na Universidade**: o direito à inclusão. Brasília – DF: Fundação Palmares, 2007.

SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz. As cotas na universidade Estadual de Londrina: balanço e perspectivas. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: CEAO, 2013.

SILVA, Maria Nilza; PACHECO, Jairo Queiroz (Orgs.). **Dona Vilma**: cultura negra como expressão de luta e vida. Londrina: UEL, 2014.

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva**: a presença negra pioneira em Londrina. Londrina: UEL, 2014.

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana (Orgs.). **Território e Segregação Urbana**: O “lugar” da população negra na cidade. Londrina: UEL, 2014.

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana; SOUZA, Alexsandro E. de Souza. **Negro em Movimento**: a trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL, 2014.

SILVA, Nikolas Gustavo Pallisser. **As Ações Afirmativas como Tensão à Estrutura Universitária**: o caso da UEL (2004- 2018). Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista; CUNHA, Josafá Moreira. Sobre a Formação Pré-Acadêmica na UFPR. In: DANTAS, Luís Thiago Freire; PANTA, Mariana. **Pesquisas de Acadêmicos/as do Afirmação na Pós**: contranarrativas e descolonização. Curitiba: Ed. da UFPR/NEAB, 2017.

SOUZA, Alexsandro Eleotério Pereira de. **O engendramento de uma nova sociabilidade**: as Políticas de Ação Afirmativa e suas influências no contexto acadêmico. Tese – (Doutorado em Serviço Social e Política Social) Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2018.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em Movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.

TOMAZI, Nelson. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. São Paulo: Quatro Ventos. 2000.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em Madeira**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/arquitetura%20em%20madeira_digital.pdf. Acesso em 15, out., 2019.

Jornais e Notícias

Agência UEL de Notícias. **Homenagens marcam entrega da nova sede do NEAB.** Londrina, 27 de julho de 2017. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&id=26717.

Agência UEL de Notícias. **UEL recebe doação de casas de madeira.** Londrina, 5 de Setembro de 2007. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=3231&FWS_Cod_Categoria=2.

ARAÚJO, Fernando. Entidades saem em defesa das cotas na UEL. **Jornal de Londrina**, 25 de agosto de 2004, p. 3A.

ARAÚJO, Fernando. Estudantes de medicina debatem cotas. **Folha de Londrina**, 14 de julho de 2004, p. 5A.

AVANSINI, Carolina. Justiça extingue ação contra as cotas na UEL. **Folha de Londrina**, 16 de setembro de 2004.

AVANSINI, Caroline. 'Sede do NEAB homenageia Yá Mukumby'. **Folha de Londrina**. Londrina, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/sede-do-neab-homenageia-ya-mukumby-1011363.html>. Acesso em 15, out., 2019.

FOLHA DE LONDRINA. Conquistas e Reivindicações. **Folha de Londrina**, 20 nov. 2004.

GALLO, Fábio. Conselho Universitário aprova cotas na UEL. **Folha de Londrina**, 24 de julho de 2004.

JORNAL DE LONDRINA. Com MP, Movimento Negro quer garantir cotas. **Jornal de Londrina**, 25 de agosto de 2004, Capa.

MATIDA, Karla. Entidades fazem vigília em defesa das cotas na UEL. **Folha de Londrina**, 27 de agosto de 2004.

MENEGHEL, Stella. Conselho Universitário aprova cotas na UEL. **Jornal de Londrina**, 24 de julho de 2004, p. 3A.

NAVARRO, Vanessa. Entidades lançam Movimento Pró-Cotas na UEL. **Folha de Londrina**, 25 de agosto de 2004.

OGAWA, Vitor. 'Casa das Rosas' será reconstruída na UEL. **Folha de Londrina – O Jornal do Paraná**. Londrina, 21 de março de 2018. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/casa-das-rosas-sera-reconstruida-na-uel-1002931.html>. Acesso em 15, out., 2019.

PAPALI, Chiara. Negros tentam evitar ação contra as cotas na UEL. **Folha de Londrina**, 19 de agosto de 2004.

PROGRAD, Pró-Reitoria de Graduação. **Política de Cotas na UEL**. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/index.php?content=cotas/apresentacao.html>. Acesso em 17, out., 2019.

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação. **UEL aprova continuidade do Sistema de Cotas**. Notícias PROGRAD – Agência UEL – 26/08/2011. Disponível em: [http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas\(1\).html](http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2011/cotas(1).html). Acesso em 17, out., 2019.

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação. **Conselho mantém e amplia sistema de cotas**. Notícias PROGRAD – Agência UEL – 17/02/2017. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/?content=noticias/2017/cotas.html>. Acesso em 17, out., 2019.

STRUCK, Vitor. Sistema de Cotas consolida quebra de paradigmas. **Folha de Londrina**, 27 de julho de 2019. <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sistema-de-cotas-provoca-polemica-na-camara-494050.html>. Acesso em 29, out., 2019.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *International Decade for People of African Descent*. Disponível em: <https://www.un.org/en/events/africandescentdecade/>. Acesso em: 18, out., 2019.

Documentos

Lei 10.639/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

Lei 11.645. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm.

Resolução CU nº 78/2004: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/resolucao_78_04.pdf.

Resolução CU nº 108/2008: http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/resolucoes/2011/resolucao_108_11.pdf.

Resolução CU nº 008/2008/2017: http://www.uel.br/prograd/documentos/resolucoes/2017/resolucao_08_17.pdf.

Vídeos

Cotas na UEL 2019. Projeto: 'Inclusão e Promoção da Igualdade Racial na UEL' MEC/SISU PROEXT. Produção: Zankete Vídeo Produtora. Londrina, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tCQ3Q7sUxzs&ab_channel=ZanketeVideoProdutora.

TV UEL: **NEAB precisa de ajuda para concluir construção da sede.** Reportagem de Fiana Heloísa, 16/12/2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ahUy4HAeJi4&ab_channel=TVUEL.

TV UEL: **Palestra marca inauguração da Casa NEAB.** Reportagem de Marco Antonio Barros, 13/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NkVUgDjQsKU&ab_channel=TVUEL.

TV UEL: **NEAB inaugura amanhã sede própria no campus.** Reportagem de Marco Antonio Barros, 25/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iH0niV3QNRI&ab_channel=TVUEL

TV UEL: **NEAB Inaugura sede própria.** Reportagem: Soraia Barros, 26/07/2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SI2-GYuaFQw&ab_channel=TVUEL

Após uma década de precárias condições de armazenamento, o material, tal como cedido para a construção da sede do NEAB, em grande parte restos de madeira degradada pela ação do tempo e a perda de peças fundamentais da Casa, inicialmente fez soar como utópica a concretização do projeto de reconstrução. Todavia, é intrínseca à trajetória do povo negro, até por estratégia de sobrevivência, a capacidade inventiva de reestabelecer as sobras e ressignificá-las, sobretudo, no que se refere aos seus espaços de vida, sociabilidade e resistência para continuar existindo.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

